

Reditus – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Sociedade Aberta

Sede: Rua Pedro Nunes, n.º. 11 – 1050-169 Lisboa

Capital Social: 32.500.000 Euros

Matriculada na C.R.C. de Lisboa sob o n.º. 36.790

Pessoa Colectiva n.º. 500 400 997

***Relatório de Gestão e Contas Consolidados
Exercício de 2006***

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

Cumprindo as exigências estatutárias, e as exigências legais constantes do Código das Sociedades Comerciais e do Código dos Valores Mobiliários e legislação complementar, correspondendo também às Recomendações da Comissão de Valores Mobiliários relativas ao governo das sociedades cotadas, vem este Conselho de Administração apresentar às autoridades, aos accionistas, ao mercado de capitais e ao público, o Relatório de Gestão, as Contas Consolidadas, e o Relatório sobre o Governo das Sociedades relativos ao exercício de 2006.

I Enquadramento Macroeconómico

1. Enquadramento Internacional em 2006

A economia mundial registou em 2006, à semelhança do já registado no ano anterior, um crescimento bastante robusto, que terá superado os 4 por cento, de par com um aumento das trocas comerciais de mais de 6 por cento, a despeito da persistente incerteza geopolítica e da manutenção a níveis historicamente elevados dos preços do petróleo e de outras matérias-primas. À semelhança do observado nos últimos anos, os mercados financeiros continuaram a registar uma evolução favorável e as políticas macroeconómicas mantiveram-se genericamente acomodáticas nas principais economias.

Os ritmos de crescimento da actividade continuam diferenciados ao nível global, com as novas grandes economias asiáticas, Índia e China, de par com os Estados Unidos a manterem a liderança da expansão da actividade mundial. Os Estados Unidos continuaram a registar o ritmo de crescimento mais significativo entre as economias mais avançadas a despeito da manutenção de nítidos desequilíbrios estruturais quer nas contas públicas quer nas relações financeiras com o exterior.

Na China, o ritmo de expansão da actividade voltou a aproximar-se dos 9 por cento, continuando a assentar num elevado crescimento das exportações e do investimento. Entre as maiores economias de mercado emergentes na Ásia, também a Índia apresentou um crescimento robusto, com fortes incrementos do investimento e das exportações. No Japão, a actividade manteve a recuperação já óbvia em 2005.

A Zona Euro apresentou, uma vez mais, o crescimento menos dinâmico entre as principais economias avançadas, mas já bem acima do registado no ano anterior, estimando-se que agregadamente o seu ritmo de crescimento tenha praticamente duplicado. Continua a registar-se alguma divergência entre os ciclos das economias dos vários Estados-membros, sendo de relevar a melhoria significativa da economia alemã.

A inflação nas principais economias avançadas deverá ter subido moderadamente, tendo permanecido próximo dos 2,5 por cento em 2006. A diminuição dos preços de importação de vários tipos de bens de consumo, associada à crescente participação de produtores a baixos custos no mercado mundial, tem parcialmente compensado o impacto da subida do preço do petróleo e de outras matérias primas na inflação. Adicionalmente, os aumentos salariais têm sido moderados na maioria dos países, num contexto de manutenção da capacidade produtiva disponível.

As taxas de juro de longo prazo mantiveram-se em níveis baixos do ponto de vista histórico ainda que tendo subido para patamares superiores aos dos anos imediatamente precedentes. A manutenção das taxas de longo prazo em níveis reduzidos tem assentado,

por um lado, no facto das expectativas de inflação permanecerem contidas e, por outro, numa forte procura de obrigações de dívida pública. No entanto, e no que à Europa diz respeito, há a registar uma intervenção mais activa do BCE ao longo do ano, com a subida gradual das suas taxas directoras como resposta à subida das pressões inflacionistas na Europa.

Os principais mercados accionistas registaram valorizações no decorrer do ano, reflectindo expectativas de lucros elevados, e os indicadores de incerteza permaneceram em níveis reduzidos. Na área do euro, verificaram-se valorizações das acções na generalidade dos sectores de actividade à semelhança do registado no ano precedente. Nos mercados cambiais é de registar a apreciação moderada do euro face à moeda norte-americana.

2. A Economia Portuguesa

O Produto Interno Bruto português deverá ter crescido cerca de 1 ¼% em 2006, após uma quase estagnação em 2005. Esta melhoria de desempenho ficou-se a dever à persistência de algum dinamismo no consumo privado e ao excelente comportamento das Exportações. O Investimento registou uma evolução inexpressiva, tanto na componente pública como privada.

O défice das administrações públicas evoluiu em linha com o anunciado no princípio do ano, tendo caído para 4,6 por cento do PIB. A despeito do crescimento das exportações, o desequilíbrio externo manteve-se a níveis preocupantes, tendo as necessidades líquidas de financiamento externo da economia, medidas pelo défice conjunto das balanças corrente e de capital, excedido 8 por cento do PIB.

A taxa de inflação média anual, situou-se em 3,1 por cento, mais 0,8 pontos percentuais que em 2005. A taxa homóloga ter-se-á situado em 3 por cento no final do ano. Já o mercado de trabalho apresentou uma evolução consistente com a posição cíclica da economia devendo a taxa de desemprego ter-se situado em 7,8% no final do ano.

3. Conjuntura no Sector de Tecnologias de Informação e dos Semicondutores

Conforme mencionado no relatório de gestão do ano anterior o mercado nacional das Tecnologias de Informação registou a dinâmica e crescimento esperados na sua globalidade. Segundo os dados disponibilizados pela IDC o crescimento foi de 6% para o sector das TI, tendo, no entanto, o sub-sector dos serviços, onde se inserem as actividades das empresas do Grupo Reditus registado um crescimento de 8%. Neste sector de serviços a IDC criou um ranking, pela primeira vez em Portugal, o "IDC-20 Services" que representa 65% do volume total de negócios neste sector de serviços em TI's. A Reditus entrou directamente para a 15ª posição geral. Isto num mercado que está estimado num valor de 1.487 Milhões de Euros/ano, o que evidencia também o potencial de crescimento da REDITUS. A IDC reviu ainda em alta as suas previsões de crescimento para este sector em Portugal para o período que vai até 2010 ao estimar um crescimento médio anual na casa dos 7,5%, que é superior aos 6,6% previstos para o mercado das TI na região da EMEA (Europa, Médio Oriente e África).

Apesar de se ter assistido a algumas fusões e aquisições entre empresas do sector estas foram poucas face ao número de empresas activas no mercado. O que poderá significar que 2007 venha a trazer este fenómeno, de alguma forma esperado, para este sector.

É ainda de destacar que as actividades de BPO continuaram a ser responsáveis por fortes crescimentos no mercado, estando a atrair a atenção de investidores e de outras empresas nacionais e internacionais, o que valida e demonstra que foi uma escolha acertada a da Administração da Reditus quando de uma forma inovadora optou por propor,

investir e implementar esta actividade como uma das principais ofertas do grupo, quando no nosso mercado o conceito era ainda quase desconhecido senão mesmo pouco valorizado pelos “players”. A posição entretanto conquistada pela Reditus neste segmento de actividade coloca-a como líder destacado e numa posição impar, dada a experiência adquirida ao longo dos últimos anos e que muitas vantagens tem trazido aos nossos clientes actuais. Certamente irá beneficiar também os futuros clientes, pois neste domínio a nossa curva de experiência está numa fase de maturidade ao contrário das outras ofertas que estão numa fase de aprendizagem.

Consideramos por isso que os nossos principais objectivos, estratégicos e operacionais, delineados para 2006 foram cumpridos.

No sector da produção de semicondutores e outros componentes microelectrónicos, verificou-se durante o ano de 2006 um crescimento da produção de 7-8 %.

O consenso dos analistas é de que se poderão esperar crescimentos – em termos de vendas que não excederão os 10% em 2007 e 2008.

As vendas de Equipamentos no sector “front–end” cresceu mais de 20% a nível mundial em 2006, sendo que na Europa e USA a tendência foi oposta – redução de investimento. No que diz respeito ao sector “back-end”, os números mundiais apresentam um crescimento marginal para o ano de 2006.

Confirmamos que as nossas recentes apostas de diversificação nos sectores do “front-end” e das “etiquetas inteligentes” se enquadram com as tendências gerais do mercado, incluindo o Europeu.

Ainda que a ritmos muito mais lentos que o inicialmente previsto, iniciou-se o reequipamento de fábricas de semicondutores, habilitando-as para a produção de “wafers” de 300 mm. O reconhecimento das vantagens das novas exigências técnicas de controlo de qualidade no que respeita ao “manuseamento” de wafers justifica o continuado investimento em equipamentos automáticos, cujo aumento de procura registamos com agrado.

O crescimento do mercado de “etiquetas inteligentes” tem-se vindo a confirmar, com o conseqüente aumento do número de linhas de produção instaladas, embora a ausência de soluções verdadeiramente “low-cost RFID”, eventualmente integrando elementos de “segurança anti-roubo”, limitem o alargamento do seu uso nos sectores do grande consumo.

II Actividade do Grupo Reditus em 2006

Com o objectivo de enriquecer a nossa oferta no mercado doméstico e de assegurar uma maior rentabilidade das unidades de negócio, procedemos no primeiro semestre de 2006 à aquisição do edifício de Alfragide, através de um contrato de *leasing*.

Em termos funcionais, o edifício de Alfragide permitiu a criação de mais um Centro de Serviços multifacetado e multivalentes. Foi, assim, possível juntar no mesmo espaço várias operações anteriormente dispersas que, no entanto, mantêm a sua estanquicidade, e ainda deslocalizar operações de outsourcing, anteriormente prestadas directamente nas instalações dos clientes.

Desta maneira, logramos fornecer uma oferta com características únicas no mercado e com um maior controle de produtividade.

Em termos financeiros, a aquisição do edifício de Alfragide teve ainda por objectivo a geração de poupanças significativas, uma vez que: (1) os encargos financeiros com o

leasing do edifício são inferiores aos encargos anteriormente suportados com rendas e (2) o montante das amortizações de capital são inferiores ao acréscimo da facturação associado à deslocalização para Alfragide de serviços anteriormente prestados nas instalações de clientes.

1. Os objectivos e as estratégias

Nos termos que fixavam os objectivos e as linhas de orientação estratégicas, que constam claramente enunciados nos relatórios anteriores, aproveitando a melhoria macroeconómica já verificada nos anos anteriores, o Conselho de Administração empenhou-se em assegurar:

- A melhoria da actividade através das sociedades operacionais participadas com actividade em Portugal, o que permitiu um acréscimo do aumento do volume de vendas e de margens, continuando, assim, o trend positivo iniciado em 2004.
- A alimentação adequada dos capitais circulantes das sociedades operacionais participadas, condição relevante para permitir a sustentação eficaz do seu nível de actividade e a melhoria da sua rentabilidade, tal como já acontecera em exercícios anteriores, com destaque, neste domínio, para o exercício de 2004.
- A redução possível das despesas de funcionamento das sociedades operacionais participadas consonante com eficiência na prestação de serviços que constitui o cerne das suas actividades e também com o aumento de vendas que se verificou, importando sublinhar, aqui, que se atingiu com êxito o objectivo de melhoria das condições de competitividade resultante de um acréscimo de produtividade efectivamente alcançado.
- O aumento da prestação de serviços em áreas relevantes do core business das sociedades operacionais nacionais a Grupos Financeiros, nos sectores: bancário, segurador, das telecomunicações e comércio automóvel.

Interessa ainda referir que o exercício de 2006 e os resultados positivos que foram alcançados, pese uma conjuntura económica nacional ainda bem difícil, serviram mais uma vez para comprovar a bondade dos objectivos estratégicos definidos nos exercícios anteriores o que, aliando à penetração em novos e importantes clientes, coloca as sociedades operacionais do Grupo Reditus numa posição favorável para vir a beneficiar do relançamento económico quando o mesmo se verificar com maior intensidade.

Continuará a ser preocupação essencial do Conselho de Administração aumentar as vendas no mercado nacional, sem sacrificar as margens, procurando sempre que possível os acordos e as parcerias comerciais que se mostrarem mais interessantes, dando ao objectivo do crescimento orgânico a melhor das atenções.

2. Actividade Desenvolvida pelas Empresas Operacionais no Mercado Nacional e Europeu

Convém recordar as linhas estratégicas operacionais, delineadas para 2006 e que se inserem no enquadramento definido no início de 2004, e que têm vindo a ser executadas muito satisfatoriamente pelo Conselho de Administração na prossecução eficaz dos objectivos de:

- Diversificação e aumento do número de Clientes das sociedades participadas operacionais o que foi plenamente conseguido.
- Continuação da eleição do *outsourcing* como elemento de diferenciação do Grupo Reditus no mercado nacional.
- Oferta aos principais Clientes de serviços integrados prestados pelas sociedades participadas operacionais visando um maior valor acrescentado para os principais Clientes do Grupo.

- Progressiva adequação da estrutura de custos das sociedades operacionais visando a melhoria da eficácia económica das mesmas, permitindo melhoria de margens e vantagens competitivas.
- Melhoria dos sistemas de qualidade e de satisfação dos Clientes.
- Investimento em formação e em meios técnicos visando a melhoria da competitividade função também do aumento da produtividade.

Para 2007, entende o Conselho de Administração que se deve manter fiel aos princípios enumerados e que deve acrescentar fundamentalmente os seguintes:

- Reforçar as equipas de gestão dirigentes das unidades operacionais, melhorando a sua capacidade de intervenção e dinâmica para fazer face ao aumento de actividade até agora conseguido e cuja tendência se espera manter.
- Reforçar a formação dos quadros intermédios de forma a lidar com as complexidades crescentes dos negócios e dos projectos sob sua orientação.
- Reforçar em todos os colaboradores do grupo as suas competências técnica e funcionais, com o objectivo de uma maior eficiência, satisfação dos nossos clientes.
- Inovar e desenvolver as actividades actuais para níveis superiores de geração de valor para os nossos clientes, permitindo desta forma aumentar ainda mais o grau de envolvimento da relação existente e a conquista de relações e contratos de maior dimensão temporal e responsabilidade.
- Criar condições para serem iniciados novos centros de serviços em localizações no território nacional que sejam atractivas do ponto de vista dos custos e que beneficiando das novas tecnologias de informação e comunicação permitam uma 'deslocalização'.
- Criar condições para, pelo menos, oferecer no espaço Ibérico as nossas soluções de serviços reforçando desta forma a nossa internacionalização dando maior peso no nosso volume de negócio as actividades no exterior.
- À semelhança do que foi feito para as actividades de serviços que foram concentradas na sub-holding Reditus Gestão, criar uma sub-holding para as actividades relacionadas com Engenharia e Sistemas de Mobilidade, para permitir acelerar e potenciar o crescimento que se tem sentido e se perspectiva para estas ofertas.

Dinâmica comercial

O conceito 'Go To Market', criado em 2004 que tem sido de importância relevante nos resultados obtidos pelo grupo nos últimos exercícios, nomeadamente no 'cross-selling', beneficiou da evolução esperada em 2006 e apesar de manter a sua característica de coordenação única, está agora mais perto de cada uma das empresas do grupo e das suas ofertas e ainda mais especializado por tipo de serviço. O apoio directo ao desenvolvimento de negócio de cada empresa em coordenação conjunta entre o Conselho de Administração e as direcções operacionais de cada empresa, é uma forma potenciadora de mais negócio e mais eficaz nos resultados obtidos junto do mercado. É intenção do Conselho de Administração reforçar esta equipa em termos humanos para suportar o plano de negócios e o crescimento desejável dos nossos negócios.

Organização e oferta de serviços

As medidas anteriormente propostas pelo Conselho de Administração no âmbito das estratégias operacionais tiveram um impacto positivo na organização, consolidação e especialização das nossas ofertas de serviços. Foi mantida também a aposta nos contratos plurianuais ou de renovação automática que foi extendida a quase todos os nossos serviços, permitindo que no início do ano de 2007, cerca de 67% da facturação de

2006 esteja já assegurada, constituindo uma base sólida para a sustentação dos objectivos que propomos para esse exercício.

É de destacar que foi mantido e alargado o conceito de serviço em outsourcing aplicado a vertentes de serviços de apoio a processos de negócio (BPO), a serviços de contact centre, a serviços relacionados com a gestão de parques de equipamentos de tecnologias de informação (Desktop Management), a serviços de gestão e georeferenciação de frotas e ainda às áreas de tecnologias e sistemas de informação nas vertentes de desenvolvimento de software – IT Consulting.

Foram obtidos os seguintes resultados mais relevantes;

1. BPO: passagem de 6 para 8 centros de serviços dedicados a clientes da Reditus, com destaque para dois novos clientes: a CGD e o BPI. Além de se terem mantido e alargado as relações com os outros clientes neste regime.
2. Criação de oferta especializada de BPO para o segmento de operações de crédito bancário nomeadamente para o crédito hipotecário e operações gerais de crédito comercial e ao consumo.
3. No âmbito das ofertas de Desk Top Management (DTM) o alargamento da oferta a outros segmentos de mercado nomeadamente para clientes de menor dimensão com o produto DTM – Light.
4. Ainda o alargamento da oferta tecnológica de serviços de suporte no conceito de Office Printing, tendo em parceria com a Xerox instalado o primeiro grande projecto neste conceito em Portugal para o Millennium BCP.
5. Reforço da cobertura dos serviços de assistência técnica a todo o país incluindo os Açores e a Madeira.
6. Restabelecimento das parcerias com a Microsoft como Gold Partner e com a HP como Parceiro Certificado para Soluções Tecnológicas.
7. Crescimento significativo da actividade de ITC de 57% sobre 2005, passando a prestar novos serviços em sectores da actividade económica, tradicionalmente com menor presença da Reditus, nomeadamente: a Industria Electrónica, as Telecomunicações, as Utilities e as concessões.

Mais uma vez inovando a Reditus criou em Portugal o 1º polo Multiserviços – Centro de Serviços Alfragide I -, tendo neste momento a capacidade de numa única localização prestar serviços diferenciados mas integrados, de BPO, Suporte a Tecnologias e Infra-estruturas Tecnológicas, de Contact Center e de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de Informação. Também desenvolveu a capacidade de formação interna – com academias e seminários temáticos - necessária á estratégia acima mencionada.

É desta forma que, com a prudência necessária, mas com elevada confiança nos nossos clientes e quadros que vemos o futuro da nossa actividade com elevado potencial de crescimento orgânico que será a nossa forma preferencial de crescimento. No entanto estaremos sempre atentos às oportunidades que surjam por forma a acelerar o nosso plano de negócios e a criar valor para os nossos clientes, accionistas e colaboradores.

3. Comissões Especializadas

No exercício de 2006, o Conselho de Administração beneficiou do funcionamento de quatro Comissões especializadas, presididas pelo Administrador independente, Professor Doutor António Nogueira Leite e compostas por individualidades de reconhecida competência nas respectivas áreas com o objectivo de o coadjuvar em matérias relevantes ao bom desempenho da actividade:

Conselho de Estratégia - tem como especial finalidade assistir o Conselho de Administração na prossecução dos seus objectivos comerciais e na definição de soluções para a realidade empresarial a médio e longo prazo.

Comissão de Acompanhamento Económico-Financeira - tem como especial objectivo assistir o Conselho de Administração na verificação da adequação dos instrumentos de supervisão da situação económico-financeira e no exercício da função de controlo das empresas integradas no grupo Reditus.

Comissão de Acompanhamento Inter-relacional - tem como especial objectivo assistir o Conselho de Administração na definição dos perfis e características dos seus parceiros estratégicos, clientes, trabalhadores, colaboradores e comissários e criação de um padrão de comportamento nas relações da sociedade com o exterior.

Comissão de Acompanhamento Jurídico-Fiscal - tem como especial objectivo assistir o Conselho de Administração na adequação das estruturas e procedimentos das empresas integradas no grupo Reditus à evolução permanente do ordenamento jurídico e fiscal.

4. A Reditus na Comunicação Social

No ano do 40º aniversário da Reditus, a empresa pautou a sua política de comunicação por um fluxo constante de informação para o mercado. O ano de 2006 foi, ao nível da visibilidade das operações da Reditus, um ano de solidificação da estratégia seguida nos períodos anteriores. Neste sentido, várias centenas de notícias foram divulgadas pelos órgãos de comunicação social sobre a empresa.

Ao longo de todo o ano, o Grupo anunciou importantes novos contratos e apresentou resultados continuamente positivos. Neste sentido, todas as recomendações do único banco que acompanha o título Reditus — Caixa BI — foram sempre de compra, aumentando o price target várias vezes durante 2006. No terceiro semestre de 2006, e depois da empresa se mudar para o Centro de Serviços em Alfragide, a Reditus organizou o primeiro *investors day*, com a presença de analistas e jornalistas.

Para comemorar o seu aniversário, a Reditus lançou, em conjunto com a Faculdade de Economia da Universidade Nova, o livro *A História da Informática em Portugal*, numa cerimónia que contou com a presença do Ministro da Economia e Inovação e do Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Nesta ocasião, a empresa assinou também um acordo com a Faculdade de disponibilização de um Espaço Reditus totalmente equipado com os recursos adequados ao ensino e ao estudo por parte de estudantes das licenciaturas e alunos de pós graduação.

Todos estes factores contribuíram para que a Reditus fosse ao longo do ano assunto de interesse dos media, nomeadamente dos órgãos económicos e tecnológicos. Apesar da saída do título do PSI20, em revisão extraordinária, a empresa mantém uma visibilidade de player fundamental do sector, com uma imagem de empresa inovadora e adaptável às necessidades do mercado.

A estratégia seguida pela Reditus ao longo dos últimos anos foi também distinguida pela IDC que colocou a empresa no Top 20 das empresas portuguesas de serviços de TI, e pelos Stock Awards colocando a Reditus em 4º lugar.

5. Previsões

O ano de 2007 deverá permitir um importante aproveitamento dos investimentos tecnológicos e da diversificação – ainda que limitada - feitos em recentes anos.

O presente nível de actividade leva-nos a crer que no ano de 2007 se assista a um crescimento significativo dos nossos proveitos, para o que contribuirá o previsto reforço do sector comercial e a contratação de novos Técnicos, permitindo-nos aproveitar as oportunidades que se oferecerão com base nos pressupostos acima enunciados.

6. Soluções de Engenharia e Mobilidade

Mantivemos a nossa linha de actuação no sentido de desenvolver as nossas actividades, de forma harmónica e à nossa escala, principalmente no mercado interno europeu mas sem afastar pontuais oportunidades de fornecer soluções em outras áreas do Globo.

Atentos à evolução das necessidades da Caléo em resultado da sua integração no “universo Reditus” e do seu ajustamento às novas realidades do sector de “back-end” na Europa, foi decidido proceder a uma racionalização da sua estrutura empresarial; esta passou por uma “fusão simplificada” das 4 sociedades operativas do Grupo Caléo – duas das quais já tinham sido oportunamente desactivadas – com a “holding” Caleo SA, que já detinha 100% dos respectivos títulos de participação.

Esta consolidação sob uma única empresa permitiu uma redução importante de custos fixos, nomeadamente a nível de contabilidade e auditoria externas, assim como de “office space” e associados, para além de terem sido renegociados com vantagens os contratos de telecomunicações.

Foi aproveitada esta ocasião para iniciar uma importante reestruturação da organização operacional, de modo a focalizar parte importante da nossa actividade na prestação de serviços de assistência técnica, incluindo contratos - plurianuais quando possível - de manutenção e aconselhamento com vários níveis de serviço, desde um “simples” suporte telefónico a uma intervenção local em regime de 24h/24. Foi definido como objectivo aproveitar a notável “base instalada” de equipamentos vendidos pela Caléo – grande parte dos quais ainda em uso - a uma multitude de clientes ao longo dos últimos 30 anos, as reconhecidas competências técnicas dos nossos colaboradores e a existência de importante e valioso “stock” de peças, para justificar a criação e promoção de um novo produto – “Contrato Integrado de Serviços”.

A actividade primária da Caléo mantém-se naturalmente centrada na integração de soluções para montagem (“back-end”) de semicondutores e outros componentes microelectrónicos, mas está a ser progressivamente alargada aos sectores de “front-end” do fabrico de semicondutores, tendo sido para esse efeito estabelecidos acordos de colaboração que possivelmente nos permitirão ainda uma eventual diversificação a sectores industriais que, tal como o da “óptica de precisão” e o das “células solares”, utilizam algumas técnicas de fabrico e de manuseamento comuns.

Mantivemos os investimentos em I&D, estabelecemos acordos de licenciamento do nosso “know-how” em fabrico de sistemas integrados para produção de “etiquetas inteligentes” e alargámos a nossa cooperação internacional para o fabrico de linhas de produção de componentes electrónicos para a indústria automóvel.

Ainda neste sector, foi estabelecida uma parceria “sinérgica” entre a Caléo e uma outra filial de engenharia da Reditus – a BCCM – através da qual, os sistemas de localização GPS e comunicação GPRS para veículos de intervenção rápida desenvolvidos pela segunda, foram “industrializados” pela primeira, fabricados e testados em França e depois programados e instalados em Portugal.

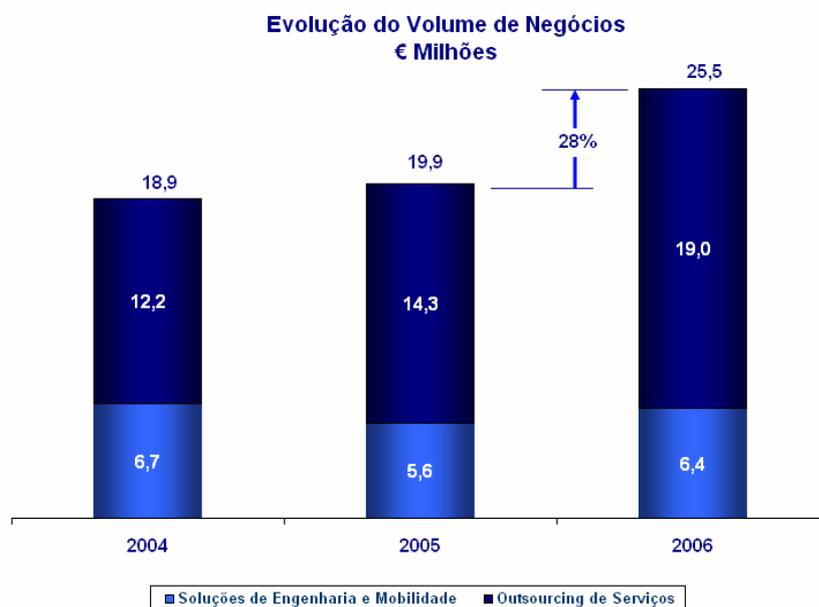
III Evolução da Situação Financeira

Durante o ano de 2006, a Reditus apresentou uma melhoria operacional muito significativa que se verificou em todas as principais áreas de negócio.

Proveitos Operacionais Consolidados

Os Proveitos Operacionais Consolidados aumentaram 21% no ano 2006, face ao ano anterior, para 27,8 milhões de euros.

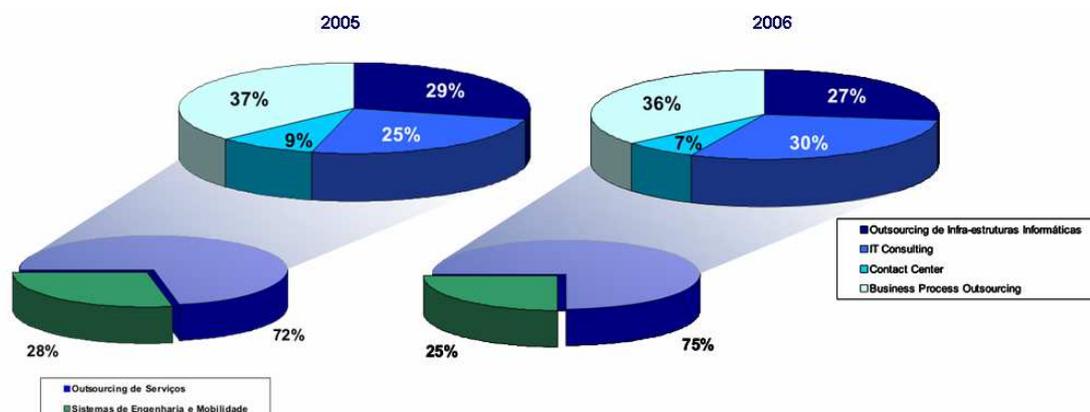
O Volume de Negócios Consolidado da Reditus cresceu 28% em relação ao ano anterior para 25,5 milhões de euros, dos quais 75% foram gerados pela área de Outsourcing de Serviços.



A área de Outsourcing de Serviços, que inclui os seguintes negócios: (1) Business Process Outsourcing (BPO); (2) Outsourcing de Infra-estruturas Informáticas; (3) Contact Centers e (4) IT Consulting, registou um crescimento de 33% no seu Volume de Negócios, reflectindo o sucesso da aposta na oferta de serviços em regime de *outsourcing* aos seus clientes que contribui de forma directa para a redução de custos e aumento de eficiência. Nesta área, o BPO cresceu 31% para 7,0 milhões de euros e o *Outsourcing* de Infraestruturas Tecnológicas cresceu 24% para 5,1 milhões de euros. A actividade de IT Consulting voltou a registar um crescimento bastante significativo, tendo aumentado 57% para 5,6 milhões de euros.

A actividade de Soluções de Engenharia e Mobilidade, que inclui os seguintes negócios: (1) Sistemas de Engenharia; (2) Sistemas de Mobilidade e (3) Personalização de Documentos Financeiros, apresentou uma performance muito positiva no ano de 2006. O Volume de Negócios totalizou 6.4 milhões de euros o que representa um crescimento de 15%, face ao exercício de 2005.

Volume de Negócios por Área de Actividade



Custos Operacionais Consolidados

Os Custos Operacionais Consolidados aumentaram 19% em 2006 para 25,5 milhões de euros e representaram 92% dos proveitos totais em comparação com 94% no ano anterior. Este desempenho reflecte o contínuo esforço de racionalização dos custos de estrutura e à contenção dos restantes custos operacionais.

Os Custos com Fornecimentos e Serviços Externos aumentaram 41% em 2006, face ao ano anterior, para 11,7 milhões de euros. Esta rubrica representou 46% do Volume de Negócios Consolidados o que compara com 42% em 2005 reflectindo o maior recurso à subcontratação de prestadores de serviço. Em contrapartida, os Custos com o Pessoal registaram um pequeno crescimento de 5%, em relação ao ano de 2005, para 9,1 milhões de euros, representando 36% do volume de negócios consolidados, um forte decréscimo face aos 43% registado em 2005.

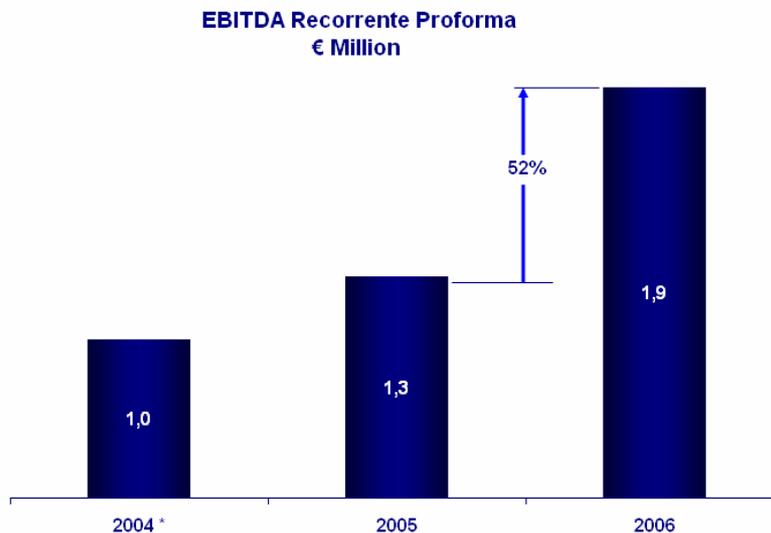
Resultado Operacional antes de Amortizações (EBITDA)

O EBITDA Consolidado aumentou 48% em 2006, face ao ano anterior, para 2,2 milhões de euros, equivalente a uma margem EBITDA de 7.8%, o que compara com 6.4% obtido em 2005.

Numa base comparável, i.e., excluindo os Resultados Extraordinários, o EBITDA Consolidado registou um crescimento de 52% e a margem EBITDA aumentou 1,3p.p. para 7,0%.

O EBITDA Recorrente da área de Outsourcing de Serviços aumentou 22% para 1,8 milhões de euros em resultado do aumento dos negócios de BPO e Outsourcing de Infra-estruturas Tecnológicas. A queda registada no EBITDA da actividade de IT Consulting deve-se aos custos de entrada em novos sectores da actividade. Em percentagem do Volume de Negócio, a margem EBITDA cifrou-se em 9,2%, o que representa um decréscimo de 0.8pp face ao ano anterior.

O EBITDA Recorrente do negócio de Soluções de Engenharia e Mobilidade apresentou uma melhoria significativa registando um valor positivo de € 0,14 milhões de euros quando comparado com um valor negativo de € 0,17 milhões de euros em 2005.



* Para efeitos de comparabilidade, subtraiu-se em 2004 o valor que teria sido efectuado pela Tora à Reditus (€ 0.66 milhões)

Do EBITDA ao Resultado Líquido

As Amortizações do exercício em 2006 mantiveram-se ao nível de 2005, 0,6 milhões de euros, devido à finalização da vida útil de imobilizado, não obstante os investimentos realizados no exercício.

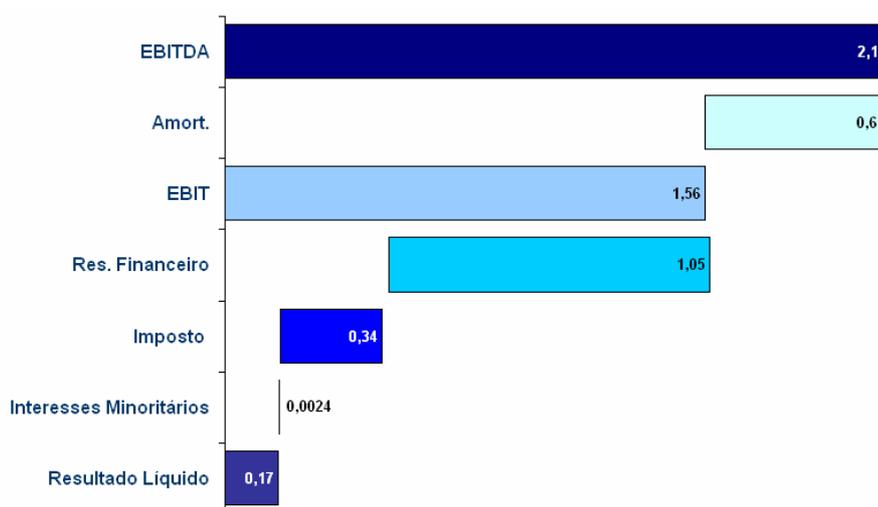
O Resultado Operacional (EBIT) registou uma subida de 82% para € 1,6 milhões. A margem operacional cifrou-se em 5,6%, valor que compara com 3,8% atingidos em 2005.

O Resultado Financeiro Líquido atingiu um valor negativo de 1,05 milhões de euros, o que compara com o valor positivo de 0,45 milhões de euros obtido no ano anterior. Esta variação é explicada maioritariamente pela (i) ausência de proveitos financeiros não recorrentes, (ii) aumento dos encargos financeiros devido à aquisição do centro de serviços Reditus, em Alfragide e (iii) aumento do recurso ao *factoring* para financiamento das necessidades de fundo maneio.

O custo relativo ao Imposto sobre o Rendimento ascendeu a € 0,34 milhões em 2006, que compara com um proveito de € 1,28 milhões em 2005 que resultou do reconhecimento de impostos diferidos activos, no exercício de 2005, no montante de € 1,33, relativos a prejuízos fiscais reportáveis.

O Resultado Líquido Consolidado atingiu € 0,175 milhões em 2006, o que traduz um decréscimo face aos € 2,659 milhões registado em 2005 explicado pelo impacto dos Resultados Financeiros e do Imposto sobre o Rendimento.

Do EBITDA ao Resultado Líquido 2006



Balanço

Principais Rubricas do Balanço

€ Milhões

	2005	2006	Var. %
Activo Total	26,4	36,3	38%
Activos Não Correntes	13,1	21,6	64%
Activos Correntes	13,2	14,8	12%
Capital Próprio	3,1	2,0	-35%
Passivo Total	23,2	34,3	48%
Passivos Não Correntes	8,8	16,6	88%
Passivos Correntes	14,4	17,7	23%

O aumento dos Activos e Passivos Não Correntes em 2006 resultou essencialmente do investimento efectuado no novo Centro de Serviços de Alfragide.

O valor do Investimento Consolidado ascendeu, em 2006, a 8,55 milhões de euros. Deste valor, 6,0 milhões de euros deriva da aquisição do Centro de Serviços Reditus, em Alfragide, e 2,0 milhões de euros resulta da reavaliação do edifício, sendo, portanto, um *non-cash item*. Os restantes 0,55 milhões de euros referem-se ao investimento recorrente do Grupo e que representou cerca de 2% do Volume de Negócios de 2006.

A diminuição do Capital Próprio deveu-se, em grande parte, a regularizações de saldos de terceiros cuja antiguidade recomendava este procedimento.

IV Mercado de capitais

1. Informação Sobre o Comportamento Bolsista das Acções da Reditus SGPS

A Reditus SGPS, S.A., sociedade cotada na Bolsa de Valores de Lisboa desde 1987, contou ao longo do ano 2006 com um capital de trinta e dois milhões e quinhentos mil euros, representado por seis milhões e quinhentas mil acções de valor nominal unitário de cinco euros. A Reditus SGPS, S.A. foi classificada como pertencendo ao sector do software e serviços informáticos (sector 97), subsector dos serviços informáticos (972) de acordo com a classificação sectorial da FTSE. Na praça de Lisboa, encontram-se classificadas no mesmo subsector as sociedades cotadas, Novabase, SA e Pararede, SGPS, SA..

Em Novembro de 2006, a Reditus deixou de fazer parte do principal índice da praça de Lisboa (PSI 20), tendo sido substituída pela Galp Energia.

No encerramento da Euronext Lisbon em 31 de Dezembro de 2006, a última cotação do ano foi de 3,50 euros; em consequência, a capitalização bolsista das acções da Reditus era de 22.750.000 euros nessa data.

Performance das Acções Reditus



As acções da Reditus SGPS foram transaccionadas em todas as sessões normais da Bolsa, tendo-se movimentado durante o ano 2006 um total de 18.500.124 acções, num valor total de 64.134.489 euros, o que se traduziu numa média de 72.835 acções desta sociedade transaccionadas diariamente.

A cotação de fecho das acções da Reditus foi, como referido, de 3,50 euros, 4,8% acima dos 3,34 euros registados em 30 de Dezembro de 2005.

2. Obrigações

Destacamos que durante o exercício, a 2 de Março e a 2 de Setembro de 2006, efectuámos o pagamento dos juros e amortização de capital relativos ao empréstimo obrigacionista Reditus 91 nos termos da ficha técnica aprovada na Assembleia Geral de Obrigacionistas de 1 de Março de 1999 e nos montantes de respectivamente € 93.642,97 e € 92.653,82.

Naquelas mesmas datas procedemos ao pagamento dos juros e amortização de capital relativos ao empréstimo obrigacionista Reditus 93 nos termos da ficha técnica aprovada na Assembleia Geral de Obrigacionistas de 1 de Março de 1999 e nos montantes de respectivamente € 14.999,72 e € 14.841,28.

3. Contratos de Liquidez

A Reditus celebrou com três entidades financeiras – Millennium BCP, Caixa BI e Banco BIG – contratos de liquidity provider, e simultaneamente começou a ser acompanhada mais de perto, nomeadamente pelo Caixa Banco de Investimento.

O contrato firmado com o Banco BIG vigorou apenas até Agosto de 2006.

V Recursos Humanos

Área de enorme importância num Grupo de empresas de prestação de serviços, encontra-se centralizada, com vista à uniformização e melhor compreensão das práticas do Grupo.

Sempre com o objectivo de motivação e gestão de carreiras, são aplicados métodos, tendo por base a satisfação do posto de trabalho e a avaliação de desempenho.

A formação constante de cada colaborador assume um factor vital para o desenvolvimento pessoal e consequentemente empresarial do Grupo.

No exercício, o quadro de pessoal estabilizou, sendo o nº médio de colaboradores do Grupo de 476, possuindo cerca de 30% um grau de licenciatura (com especial incidência nas áreas das tecnologias de informação e comunicação), e situando-se 65% na faixa etária dos 25 aos 35 anos. Durante o exercício, o Grupo incrementou o recurso à subcontratação em detrimento do alargamento do quadro de pessoal, flexibilizando e adequando a sua estrutura às especificidades e necessidades dos negócios em que está envolvido.

VI Resultados

O Resultado Consolidado Líquido do exercício cifrou-se num resultado positivo, após interesses minoritários, de 174.607,99 euros.

VII Agradecimentos

Apraz-nos manifestar o público reconhecimento pelo empenho manifestado pelos nossos Colaboradores, pelo aconselhamento proporcionado pelo Conselho de Estratégia e pela atenta participação do Conselho Fiscal, e bem assim, o excelente relacionamento com os nossos Clientes, Fornecedores e Bancos com quem nos foi muito grato trabalhar.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2007

O Conselho de Administração:

Dr. Frederico José Appleton Moreira Rato
Presidente

Eng.º José António da Costa Limão Gatta
Administrador

Dr. Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos
Administrador

Professor Doutor António do Pranto Nogueira Leite
Administrador

Dr. Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira
Administrador

REDITUS, SGPS, SA

BALANÇO CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 31 DE DEZEMBRO DE 2005

(Valores expressos em Euros)

	notas	31-12-2006 em base IFRS	31-12-2005 em base IFRS
ACTIVO			
Activo Não Corrente			
Activos Fixos Tangíveis	2.5 e 5	12.081.584	3.817.926
Goodwill	2.6 e 5	1.396.480	1.690.476
Outros Activos Fixos Intangíveis	2.6 e 5	4.586.461	3.398.574
Outros Investimentos Financeiros	2.7 e 10	87.011	126.764
Activos por Impostos Diferidos	11	3.423.013	4.100.104
		<u>21.574.549</u>	<u>13.133.844</u>
Activo Corrente			
Inventários	2.8 e 12	1.257.433	1.437.846
Clientes		6.069.618	4.859.706
Outras Contas a Receber	13	3.942.260	4.074.422
Outros Activos Correntes	15	1.078.968	418.735
Caixa e Equivalentes	16	2.413.247	2.428.208
		<u>14.761.526</u>	<u>13.218.917</u>
Total do Activo		<u><u>36.336.075</u></u>	<u><u>26.352.761</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital e Reservas			
Capital Nominal	17	32.500.000	32.500.000
Acções (quotas) Próprias	17	-173.245	0
Reservas Não Distribuíveis	17	1.418.167	322.810
Reservas Distribuíveis	17	1.522.269	1.522.269
Excedentes de Valorização de Activos Fixos	17	1.608.439	5.939
Ajustamentos ao valor de Activos Financeiros	17	-2.739.943	-2.739.943
Resultados Acumulados	17	-32.337.029	-31.191.741
Resultado Líquido do Período	17	174.608	2.659.395
		<u>1.973.266</u>	<u>3.078.730</u>
Interesses Minoritários	18	63.908	68.490
Total Capital Próprio		<u><u>2.037.174</u></u>	<u><u>3.147.220</u></u>
Passivos Não Correntes			
Empréstimos e Descobertos Bancários	19	2.604.784	2.923.304
Outras Contas a Pagar		3.372.378	2.175.027
Passivos por Impostos Diferidos	11	2.663.841	1.521.757
Passivos por Locação Financeira	9	7.940.282	2.187.401
		<u>16.581.285</u>	<u>8.807.490</u>
Passivos Correntes			
Empréstimos e Descobertos Bancários	19	2.465.149	559.133
Fornecedores		5.214.112	2.930.155
Outras Contas a Pagar	20	7.210.574	8.520.370
Provisões	21	5.325	5.325
Outros Passivos Correntes	22	2.051.033	2.015.776
Passivos por Locação Financeira	9	771.423	367.292
		<u>17.717.616</u>	<u>14.398.051</u>
Total do Capital Próprio, Interesses M. e Passivo		<u><u>36.336.075</u></u>	<u><u>26.352.761</u></u>

REDITUS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Valores expressos em Euros)

	notas	31-12-2006 em base IFRS	31-12-2005 em base IFRS
Réditos Operacionais			
Rédito das Vendas e dos Serviços Prestados	2.3.1 e 6	25.458.228	19.834.689
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	7	2.421.691	2.988.294
Variação nos Inventários de Produtos Acabados e Em Curso		-113.158	113.158
Total dos Réditos Operacionais		<u>27.766.761</u>	<u>22.936.140</u>
Gastos Operacionais			
Inventários Consumidos e Vendidos		3.666.261	3.144.695
Materias e Serviços Consumidos		11.722.264	8.333.419
Gastos Com o Pessoal	25	9.080.954	8.616.961
Gastos de Depreciação e de Amortização	5	600.455	601.095
Aumentos / Diminuições de Provisões		8.627	5.325
Outros Gastos e Perdas Operacionais		1.123.294	1.373.070
Total dos Gastos Operacionais		<u>26.201.855</u>	<u>22.074.565</u>
Resultado Operacional		1.564.906	861.575
Resultados Financeiros			
Perdas Relativas a Empresas Associadas	2.3.2 e 26	-1.050.421	451.826
Resultado Antes de Imposots		<u>514.485</u>	<u>1.313.402</u>
Imposto Sobre o Rendimento	2.11	<u>337.484</u>	<u>-1.282.276</u>
Resultado Antes da Consideração dos Interesses Minoritários		<u>177.001</u>	<u>2.595.677</u>
Resultado Afecto aos Interesses Minoritários	18	<u>2.394</u>	<u>-63.718</u>
Resultado Líquido do Período		<u>174.608</u>	<u>2.659.395</u>

Reditus - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Notas às Demonstrações de Resultados Consolidadas

em 31 de Dezembro de 2006

(Valores expressos em Euros)

I.- Actividade

A Reditus – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. está sediada em Lisboa e a sua actividade está concentrada nas áreas das Tecnologias de Informação, Business Process Outsourcing, Contact Center, Outsourcing de recursos especializados em TIs, Printing e Finishing, Georeferenciação e Telemetria, Semicondutores e Microtecnologia.

2.- Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na determinação dos resultados do exercício e apresentação da situação patrimonial são as seguintes:

2.1 – Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas da Reditus – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as interpretações do *Standing Interpretation Committee* (SIC) do IASB.

A aplicação das normas de consolidação foi suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas apresentem uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas incluídas na consolidação.

2.2 - Bases de consolidação

2.2.1 - Datas de referência

As demonstrações financeiras consolidadas incluem, com referência a 31 de Dezembro de 2006, os activos, os passivos e os resultados das empresas do Grupo, as quais são apresentadas na Nota 3.

2.2.2 - Participações financeiras em empresas do Grupo

As empresas identificadas na Nota 3 foram consolidadas pelo método da consolidação integral, devido aos titulares de capital deterem a maioria dos direitos de voto.

2.2.3 - Diferenças de consolidação

As diferenças de consolidação apresentadas no capital próprio, no montante de € (598.037), devem-se essencialmente às diferenças entre os valores de custo de aquisição da participação e os valores proporcionais dos capitais próprios das participadas, J.M. Consultores, S.A.e Redware - Sistemas de Informação, S.A., as quais foram consolidadas pelo método da integração global.

As diferenças de consolidação positivas, no montante líquido de € 2.277.979, apresentadas no activo, referem-se ao remanescente entre os valores contabilísticos da participação no capital da CALEO e a proporção que representam nos capitais próprios desta empresa, com referência a 01 de Janeiro de 2004, data em que se deixou de amortizar as diferenças de consolidação positivas ao abrigo do parágrafo 79 da IFRS 3.

São abatidas ao valor das diferenças de consolidação positivas, no Activo Incorpóreo, as respectivas perdas de imparidade determinadas anualmente à data do balanço. Até à data não se verificaram perdas de imparidade.

2.2.4 - Saldos e transacções entre empresas do Grupo

Os saldos e as transacções, entre empresas do Grupo são anulados na consolidação.

2.2.5 - Consistência com o exercício anterior

Os métodos e procedimentos de consolidação foram aplicados de forma consistente relativamente ao exercício de 2005.

2.2.6 - Alterações ao conjunto de empresas consolidadas

Neste exercício não se verificaram quaisquer alterações no que se refere à composição do conjunto das empresas incluídas na consolidação e na percentagem de detenção das mesmas.

2.3 - Reconhecimento do rédito

2.3.1 - Vendas e prestação de serviços

Os proveitos decorrentes das vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador. Os proveitos associados com a prestação de serviços são reconhecidos na Demonstração dos Resultados em função do grau de execução do serviço.

Os proveitos decorrentes das vendas e prestação de serviços não são reconhecidos se existirem dúvidas quanto à cobrabilidade do produto da venda ou da prestação de serviços.

As garantias de equipamentos vendidos são suportadas pelos fornecedores das marcas representadas.

2.3.2 - Custos financeiros líquidos

Os custos financeiros líquidos representam essencialmente juros de empréstimos obtidos, juros de locações financeiras e juros obrigacionistas.

Os custos financeiros líquidos são reconhecidos em resultados numa base de acréscimo durante o período a que dizem respeito.

2.4 - Gestão dos riscos financeiros

2.4.1 - Risco da taxa de Juro

Os empréstimos vencem juros a taxas variáveis. O grupo não tem recorrido a instrumentos de cobertura de taxa de juro.

2.4.2 - Risco de crédito

O grupo não tem concentração significativa de risco de crédito. As políticas em vigor asseguram que as vendas são efectuadas para clientes com um adequado historial de crédito.

2.5 – Activos fixos tangíveis

As imobilizações corpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição ou de reavaliação abatido das reintegrações acumuladas.

Os custos com manutenção e reparação que não aumentem a vida útil das imobilizações são debitados a resultados do exercício em que ocorrem.

As reintegrações consideradas destinam-se a depreciar as imobilizações, em regime de duodécimos e de acordo com os períodos de vida útil segundo o Decreto Regulamentar nº 2/90 de 12 de Janeiro.

Contratos de locação

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo menor do justo valor do bem locado ou do valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas com locações consideradas operacionais, nomeadamente, pela inexistência de intenção de compra do bem, são contabilizadas como custo do exercício.

Amortizações

As amortizações são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas reflectem satisfatoriamente a vida útil económica dos bens.

As vidas úteis estimadas são como se segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3-20
Equipamento de transporte	4-6
Ferramentas e utensílios	3-4
Equipamento administrativo	3-10
Outras imobilizações corpóreas	10-20

2.6.- Activos fixos intangíveis

As imobilizações incorpóreas referem-se, às despesas de desenvolvimento, abatidas das reintegrações acumuladas, calculadas em regime de duodécimos por um período de três anos e ao valor da diferença de consolidação positiva, resultante da aquisição da participação financeira na Caleo.

Amortizações

As amortizações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, pelo seu período de vida útil.

As taxas de amortização variam de acordo com os seguintes períodos:

	Anos
Outras Imobilizações incorpóreas	3-10

2.7 - Investimentos financeiros

As Imobilizações Financeiras são valorizadas, na data do Balanço, ao valor de mercado, quanto aos títulos, e pelo método da equivalência patrimonial quanto às empresas do grupo e associadas. As mais-valias e menos-valias efectivas que resultem da venda dos referidos títulos são reconhecidas como resultados do exercício em que ocorrem.

As participações financeiras que tenham experimentado reduções permanentes de valor de realização, encontram-se provisionadas.

2.8 - Inventários

Os movimentos verificados no período em referência obedeceram ao critério de valorimetria do "Custo de Aquisição" e ao método de custeio das saídas do "Custo médio ponderado".

2.9 - Imparidade

Os activos do grupo são analisados à data de cada balanço, por forma a avaliar indicações de eventuais perdas por imparidade.

2.10 – Acréscimos e Diferimentos

São registados nesta rubrica despesas pagas antecipadamente, sendo registados como custos no período a que respeitam, bem como encargos com subsídio de férias e juros vencidos e não pagos.

2.11 - Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação. Não é calculado imposto diferido sobre as diferenças de consolidação e as diferenças de reconhecimento inicial de um activo e passivo quando a mesma não afecta nem o resultado contabilístico nem o fiscal.

A base tributável dos activos e passivos é determinada por forma a reflectir as consequências derivadas da maneira pela qual o Grupo espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Para determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais os activos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

2.12 - Informação por segmentos

O Grupo Reditus desenvolve a generalidade da sua actividade na área das Tecnologias de Informação. No que respeita à informação por segmentos de negócio e geográficos há que distinguir:

- as participadas “core business” - Inter Reditus, Redware e Reditus II;
- a actividade desenvolvida pela sua participada Caleo, S.A. em França a qual oferece a partir deste país soluções integradas para a montagem de semi-condutores e outros componentes electrónicos;
- a actividade da Reditus Imobiliária, S.A. que opera no sector imobiliário;
- as participadas em áreas não “core business” - JM Consultores e BCCM - que desempenham as suas actividades nas áreas da elaboração de cheques e no desenvolvimento de sistemas de comunicação, respectivamente.

2.13. – Reconciliação entre IFRS e princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal

2.13.1 Reconciliação do Capital Próprio

	<u>2006</u>
Capital próprio POC	1.276.647
Despesas de Instalação a)	-120.973
Goodwill b)	881.500
Subtotal	760.527
Capital próprio IFRS	<u>2.037.174</u>

2.13.2 Reconciliação do Resultado Líquido

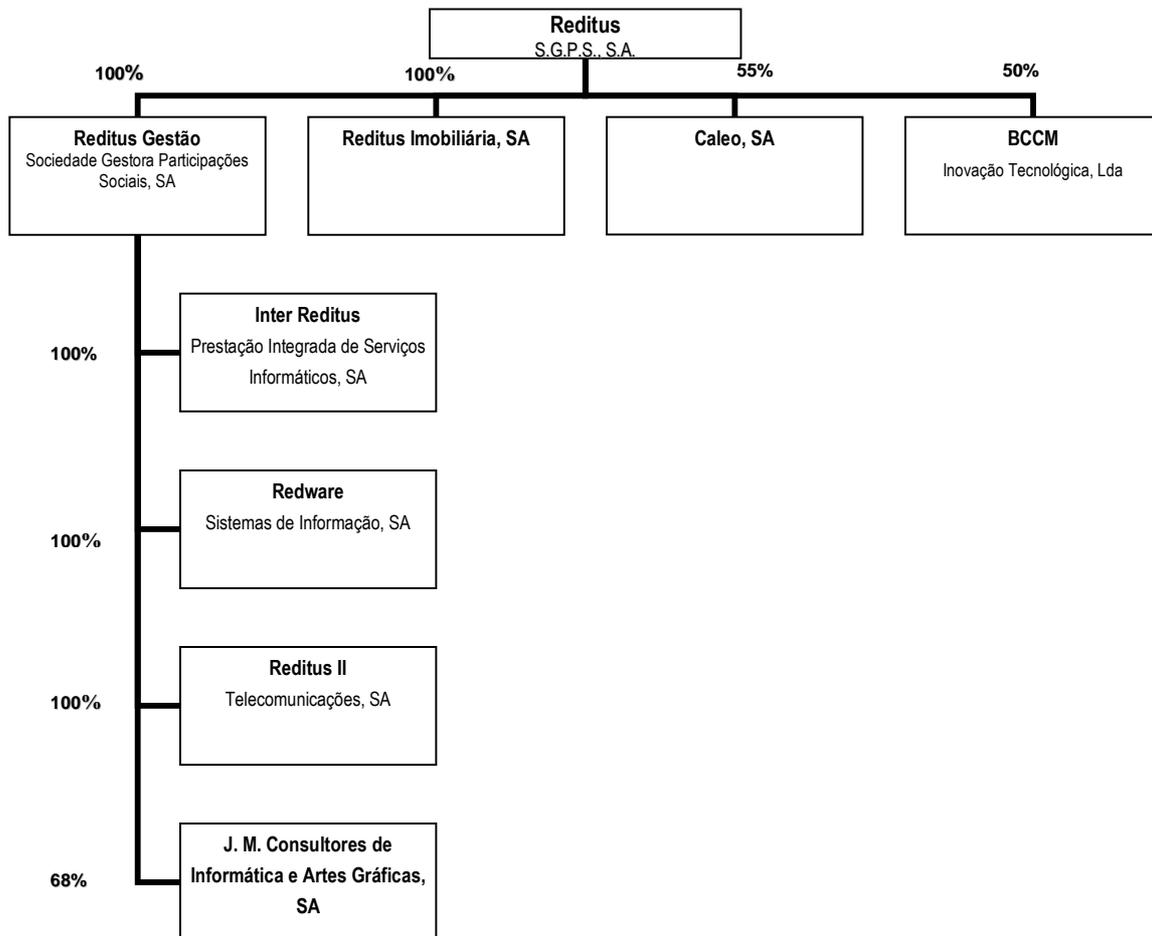
	<u>2006</u>
Resultado líquido POC	-133.456
Despesas de Instalação a)	28.137
Goodwill b)	279.927
Subtotal	308.064
Resultado líquido IFRS	<u>174.608</u>

a) As despesas de instalação não são passíveis de capitalização de acordo com as IFRS, sendo transferidas para Capitais próprios. Desta forma as amortizações de despesas de instalação também não são reconhecidas no Resultado Líquido.

b) As IFRS considerem que o Goodwill não é amortizado mas sim sujeito a testes de imparidade, numa base anual, ajustando o seu valor a custo.

3.- Empresas do Grupo incluídas na consolidação

As empresas do grupo incluídas na consolidação em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro 2005 são as seguintes:



4. – Empresas excluídas da consolidação

As empresas do grupo excluídas na consolidação em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro 2005 são as seguintes:

		2006	2005
Reditus Consulting, SL	Espanha	80%	80%

Motivo da exclusão: não materialmente relevante.

5.- Movimentos ocorridos nas rubricas do Activo Fixo e nas respectivas Amortizações e Ajustamentos

Activo Bruto

	Saldo inicial 31/12/2005	Aumentos por Incorporação	Aumentos através aquisições de subsidiárias	Outras aquisições	Abates e alienações	Correcções e transferências	Saldo final 31/12/2006
Activos fixos intangíveis							
Goodwill	2.921.499						2.921.499
Custos de Desenvolvimento.	4.676.223	1.752.464					6.428.687
Propried. Ind. e outros direitos	121.453						121.453
Outras imob. incorpóreas	155.564						155.564
	7.874.738	1.752.464					9.627.202
Activos fixos tangíveis							
Terrenos e recursos naturais	317.984	2.004.313					2.322.296
Edifícios outras construções	2.102.335	6.012.938					8.115.272
Equipamento básico	2.096.745	520					2.097.265
Equipamento de transporte	706.283						706.283
Ferramentas e utensílios	11.311						11.311
Equipamento administrativo	957.485	505.936					1.463.421
Outras imobiliz. corpóreas	2.344.979	31.261			41.235		2.335.005
Imobilizações em curso	8.537.122	8.554.967			41.235		17.050.854
Investimentos financeiros							
Partes de capital emp.grupo	2.522.547						2.522.547
Partes de capital emp.assoc.	776.050						776.050
Títulos outras aplic.financ	933.548				39.753		893.796
	4.232.145				39.753		4.192.392

Amortizações e Ajustamentos

	Sd inicial	Reforço	Regulariz.	Sd Final
Activos fixos intangíveis				
Goodwill	643.520			643.520
Custos de Desenvolvimento.	1.920.792	805.322		2.726.114
Propried. Ind. e outros direitos	115.535	3.528		119.063
Outras imob. incorpóreas	105.841	49.723		155.564
	2.785.688	858.573		3.644.261
Activos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios outras construções	140.582	113.823		254.405
Equipamento básico	1.212.029	67.386	71.284	1.208.131
Equipamento de transporte	620.677	56.239		676.916
Ferramentas e utensílios	7.422	1.813		9.235
Equipamento administrativo	607.675	101.947		709.621
Outras imobiliz. corpóreas	2.130.812	7.103	26.953	2.110.962
	4.719.196	348.311	98.237	4.969.270
Investimentos financeiros				
Partes de capital emp. grupo	2.522.547			2.522.547
Partes de capital emp. assoc.	776.050			776.050
Títulos outras aplic. financ	806.785			806.785
	4.105.381			4.105.381

Durante o exercício de 2006 a Reditus Imobiliária fez a aquisição do Edifício Reditus, em Alfragide. O imóvel foi adquirido por € 4.512.938 e foi reavaliado em mais € 1.500.000 e o terreno foi adquirido por € 1.504.313 e reavaliado por mais € 500.000. A reavaliação foi feita pela entidade Aguirre Newman Portugal pelo método do “Discounted Cash-flow”, através do qual se apurou um VAL de €8.032.000.

6.- Réditos das vendas e dos serviços prestados

O valor líquido das Vendas de € 4.478.281 bem como de Prestação de Serviços de € 20.979.947 referem-se, na sua totalidade, à actividade comercial das empresas no sector informático e das tecnologias de informação, para o Mercado Nacional e Europeu.

Em 2004 foi celebrado um contrato de representação comercial entre o Grupo BCP, a Tora e a Reditus de forma a que a Tora estabeleça os contactos comerciais entre a Reditus e o Grupo BCP. Este acordo representou um custo em 2006 de € 893.353

As actividades desenvolvidas pelo grupo de empresas podem ser apresentadas através do seguinte quadro, onde se resumem os segmentos de negócio e geográficos:

	Réditos	Result.Operac.	Result Liq	Activo Líquido	Passivo
Reditus SGPS		-2.171.185	-1.882.239	6.625.048	5.689.795
Reditus Imobiliária	18.538	-258.256	-448.704	10.294.146	9.521.958
Reditus Gestão		-3.361	-2.860	1.416	9.181
Estrutura	18.538	-2.432.802	-2.333.803	16.920.610	15.220.934
Caleo	4.871.309	102.858	32.151	3.648.117	1.862.787
Estrangeiro	4.871.309	102.858	32.151	3.648.117	1.862.787
Estrutura + Estrangeiro	4.889.847	-2.329.944	-2.301.652	20.568.727	17.083.721
Inter Reditus	5.274.217	271.331	-404.040	3.689.617	7.831.307
Redware	6.973.179	3.002.653	2.397.239	6.149.870	4.986.494
Reditus II	6.761.518	497.868	391.637	1.349.781	2.541.268
BCCM	612.458	119.593	61.741	1.875.751	541.661
JM Consultores	947.009	3.405	29.683	939.328	1.314.450
Operações Nacionais	20.568.381	3.894.850	2.476.260	14.004.348	17.215.180
Consolidado	25.458.228	1.564.906	174.608	36.336.075	34.298.901

7.- Outros rendimentos e ganhos operacionais

	2006	2005
Trabalhos p/própria empresa	1.752.464	2.079.445
Proveitos suplementares	107.347	79.184
Subsídios à exploração	55.352	720
Outros prov. e ganh.operacionais	506.528	828.944
Reversões de Amort. e Ajustamentos		
	2.421.691	2.988.294

Os trabalhos para a própria empresa dizem respeito a activos intangíveis resultantes da aplicação de conhecimentos desenvolvidos no Grupo Reditus, sob a forma de reengenharia de processos administrativos, novos processos administrativos ou aplicações informáticas orientadas para o cliente, cujo reconhecimento é registado em 4 anos, tais como:

Projecto:	2006
GO (Gestão do Outsourcing)	279.381
Telecomunicações	465.641
Economato	41.340
Office Printing	76.822
Desktop Management Light	60.000
SGQ (Sistema Gestão Qualidade)	769.279
Project Office	60.000

Go (Gestão do Outsourcing) : Controlo da actividade de Outsourcing de Processos de Negócio (BPO).

Telecomunicações: Controlo da actividade de Outsourcing de processos administrativos de backoffice no sector das telecomunicações.

Economato: Controlo de fornecimento de economato em clientes do Grupo Reditus

Office Printing: Controlo da operação de rool-out e manutenção de equipamento de impressão em clientes do grupo Reditus.

Desktop Management Light: processo de gestão de postos de trabalho em PME.

SCQ (Sistema Gestão Qualidade): Controlo de qualidade da produção e níveis de serviço em vários clientes do grupo Reditus.

8.- Número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício:

	2006
Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	22
Inter Reditus, Prestação Integrada de Serviços Informáticos, SA	123
Redware, Sistemas de Informação, SA	189
Reditus II, Telecomunicações, SA	104
JM Consultores de Informática e Artes Gráficas, SA	16
BCCM, Inovação Tecnológica, Lda	4
Caleo, SA	18
Total	476

9.- Equipamento em regime de locação financeira

O grupo detém diverso equipamento sob o regime de locação financeira. No final do contrato, o Grupo poderá exercer a opção de compra desse equipamento a um preço inferior ao valor de mercado. Os pagamentos de locação financeira não incluem qualquer valor referente a rendas contingentes.

Os bens adquiridos em regime de locação financeira são afectos à actividade do grupo. Encontram-se registados pelo seu valor contabilístico. São compostos pelos seguintes itens:

Rubrica	Valor
Edifícios	8.417.250
Equipamento Informático	295.178
Central telefónica	7.155
Equipamento de Escritório	26.126
Equipam. Ar condicionado	131.940
Viaturas	117.470
Outros Equipamentos	19.311
	9.014.430

De salientar a aquisição durante o primeiro semestre de 2006, do Edifício Reditus, em Alfragide, pelo montante de € 6.017.250 que originou um novo contrato de locação financeira, com a instituição bancária Totta, por um período de 15 anos.

10.- Títulos Negociáveis

Os Títulos Negociáveis são valorizados, na data do Balanço, ao mais baixo do custo de aquisição ou do mercado.

11. - Impostos diferidos activos e passivos

Os impostos diferidos activos e passivos são atribuíveis às seguintes rubricas:

	Activos		Passivos		Valor Líquido	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Provisões a)	1.903.102	1.974.917			1.903.102	1.974.917
Prejuízos fiscais reportáveis b)	1.519.910	2.125.187			1.519.910	2.125.187
Reservas de reavaliação c)			392.862		-392.862	0
Outros d)			2.270.979	1.521.757	-2.270.979	-1.521.757
Imp. diferidos activos/ (passivos) líq.	3.423.013	4.100.104	2.663.841	1.521.757	759.172	2.578.347

a) Estas provisões referem-se a dívidas de cobrabilidade duvidosa, que não foram consideradas como custo fiscal aquando da sua constituição.

b) Os prejuízos fiscais reportáveis são os seguintes:

Const.	Util. Até	Base	Valor
2001	2007		
2002	2008	527.806	131.951
2003	2009	2.323.252	580.813
2004	2010	22.114	5.529
2005	2011	3.041.646	760.411
2006	2012	164.823	41.206
		<u>6.079.642</u>	<u>1.519.910</u>

c) O valor relativo a reservas de reavaliação, diz respeito à reavaliação do edifício Reditus, em Alfragide, pelo montante de € 2.000.000. em que € 1.500.000 vão ser sujeitos a amortizações não aceites fiscalmente.

d) O valor registado em passivos para impostos diferidos no valor de € 2.270.979 resulta do montante ainda não reconhecido fiscalmente dos proveitos relacionados com o acordo celebrado entre BCP e a Tora em 2004.

12.- Inventários

	2006	2005
Matérias primas e consumíveis	314.848	288.410
Produção em curso	24.300	24.300
Produtos acabados	27.824	144.851
Mercadorias	890.461	980.285
	<u>1.257.433</u>	<u>1.437.846</u>

13. - Outras contas a receber

	2006	2005
Estado e Outros Entes Públicos	188.588	334.336
Outros accionistas	46.920	3.634
Adiantamentos a fornecedores	271.924	310.701
Outros Devedores	3.436.828	3.425.751
	<u>3.942.260</u>	<u>4.074.422</u>

14. - Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2006 , todos os valores que se encontram registados em passivo estavam contestados ou a ser regularizados em regime prestacional, e eram constituídos como segue:

IRS e Retenção IRC – € 163.109

Segurança Social - € 2.248.971

Imposto do Selo - € 10.444

15. - Outros Activos Correntes

	2006	2005
Acréscimos de proventos	922.085	176.900
Custos diferidos	156.883	241.835
	<u>1.078.968</u>	<u>418.735</u>

16. - Caixa e seus equivalentes

	2006	2005
Outros títulos negociáveis	997.339	815.447
Depósitos à ordem	1.409.699	1.560.936
Caixa	6.209	51.825
	<u>2.413.247</u>	<u>2.428.208</u>

17. - Capital Social

A Demonstração das alterações do Capital Próprio consolidado é como se segue:

Contas	Saldo Inicial 31/12/2005	Aplicação Result 2005	Result Liq do Exerc	Div pagos aos Accionistas	Outros	Saldo Final 31/12/2006
Capital nominal a)	32.500.000					32.500.000
Acções (quotas) Próprias b)	0				-173.245	-173.245
Reservas não distribuíveis	322.810	1.095.357				1.418.167
Reservas distribuíveis	1.522.269					1.522.269
Exedentes de valorização de activos fixos c)	5.939				1.602.500	1.608.439
Ajustamentos ao valor de Activos Financeiros	-2.739.943					-2.739.943
Resultados acumulados d)	-31.191.741	1.161.619			-2.306.907	-32.337.029
Result Líquido do período	2.659.395	-2.659.395	174.608			174.608
Total	3.078.730	-402.419	174.608	0	-2.480.152	1.973.266

a) O Capital Social é de € 32.500.000 representado por 6.500.000 acções ao portador de valor nominal de € 5 cada, que se encontravam em 31 de Dezembro de 2006 cotadas no mercado oficial da Euronext Lisboa.

b) Em 2006 foram adquiridas 49.327 acções próprias pelo montante de € 173.245.

c) O montante de € 1.602.500 corresponde à constituição de reservas de reavaliação do edifício Reditus, em Alfragide. Decompõem-se da seguinte forma:

Reavaliação do terreno: € 500.000

Reavaliação de Edifício: € 1.500.000

Constituição do imposto diferido pelas amortizações não aceites do edifício: € (397.500)

d) Durante o exercício de 2006 foram feitos ajustamentos na rubrica de resultados retidos ao abrigo da IAS 8, no valor de € 2.306.907:

Passivos para impostos diferidos – € 660.376.

Foram reforçados os passivos para impostos diferidos relacionados com os proveitos do acordo celebrado entre o Grupo BCP e a Tora.

Activos para impostos diferidos – € 194.025.

Foram anulados activos para impostos diferidos por já não poderem ser utilizados, dado a antiguidade dos prejuízos.

Activos e Passivos para impostos diferidos - € 208.960

Devido à alteração do cálculo da derrama no IRC, foram recalculados os valores constantes em activos e passivos para impostos diferidos.

Regularização de contas de balanço - € 1.243.546

Procedeu-se a uma análise das contas de balanço e regularizaram-se os saldos incorrectos e não realizáveis.

18. - Interesses Minoritários

Em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005 os interesses minoritários estavam assim representados:

	% Interesses Minoritários		Valor Balanço		Resultados Atribuídos	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
J M. Consultores Inf. Artes Gráficas, SA	32%	32%	-503.088	-384.525	-35.620	3.260
BCCM – Inovação Tecnológica, Lda	50%	50%	-236.402	-257.795	15.415	-73.349
Caleo, SA	45%	45%	803.399	774.528	22.598	6.371
Total			63.908	132.209	2.394	-63.718

19. - Empréstimos e descobertos bancários

Os empréstimos obtidos são exigíveis como segue:

	2006	2005
Curto Prazo	2.465.149	559.133
Médio e Longo Prazo	2.604.784	2.923.304
	5.069.933	3.482.437

20. – Outras contas a pagar

20.1 – Outras contas a pagar a médio longo prazo

	2006	2005
Empréstimos por obrigações	1.080.729	1.264.834
Estado e Outros Entes Públicos	1.381.456	
Outros Credores	910.193	910.193
	3.372.378	2.175.027

Encontra-se registado um montante de € 1.080.729 resultante dos empréstimos obrigacionistas Reditus 91 e Reditus 93, dos financiamentos para aquisição de participações e imobilizado, para os quais foram acordados prazos de pagamentos superiores a cinco anos.

Em Assembleia Geral de Obrigacionistas realizada em 1 de Março de 1999 foi aprovado o seguinte: Os juros relativos aos três primeiros semestres contados a partir de 2 de Março de 1999 seriam, como aconteceu com os respeitantes aos anteriores cinco semestres, capitalizados no respectivo vencimento e pagos conjuntamente com as prestações de reembolso de capital.

- O reembolso do capital seria de acordo com o seguinte plano:
 - o Ano 2000 – Uma prestação de 2,8571% do capital, no dia 2 de Setembro
 - o Do ano 2001 a 2004 inclusive - Duas prestações de 2,8571% do capital, nos dias 2 de Março e 2 de Setembro.
 - o Do ano 2004 a 2006 inclusive - Duas prestações de 4,2857% do capital, nos dias 2 de Março e 2 de Setembro.
 - o Ano 2007 – Uma prestação de 4,2857% do capital, no dia 2 de Março e uma de 7,1429% no dia 2 de Setembro.
 - o Do ano 2008 a 2010 inclusive - Duas prestações de 7,1429% do capital, nos dias 2 de Março e 2 de Setembro.

20.2 – Outras contas a pagar a curto prazo

	2006	2005
Empréstimos por obrigações	87.594	87.594
Outros accionistas	90.072	46.785
Estado e Outros Entes Públicos	2.926.961	5.096.567
Adiantamentos de Clientes	195.639	161.746
Out Emp Obtidos	2.342.711	1.687.372
Outros Credores	1.567.596	1.440.306
	<u>7.210.574</u>	<u>8.520.370</u>

21. – Provisões e Ajustamentos

	Saldo Inicial 31/12/05	Aumentos	Diminuições	Saldo final 31/12/06
Ajustamentos:				
Aplicações de tesouraria	614.681		156.661	458.020
Clientes cobrança duvidosa	4.035.167	8.622	144.091	3.899.698
Outros devedores cob. duvidosa				0
Outras Provisões	5.325			5.325
Depreciação existências	5.000			5.000
Aplicações financeiras	4.105.381			4.105.381
	<u>8.765.554</u>	<u>8.622</u>	<u>298.537</u>	<u>8.475.639</u>

22. - Outros Passivos Correntes

	2006	2005
Acréscimo de Custos	1.152.840	1.013.994
Proveitos Diferidos	898.193	1.001.782
	<u>2.051.033</u>	<u>2.015.776</u>

23. – Contingências

Inspecções Fiscais:

Em exercícios anteriores foram realizadas inspecções fiscais por parte da administração tributária a empresas do grupo. Indicam-se seguidamente as situações referentes a cada empresa:

Inter Reditus – Inspecção aos anos de 1997 e 1998, tendo a empresa sido notificada para proceder a correcções e ao respectivo pagamento em sede de IVA e IRC.

A empresa entendeu que as correcções fiscais não seriam correctas tendo procedido à sua reclamação, estando nesta data à espera dos resultados dessas reclamações, tendo sido apresentadas garantias para suspensão dos processos.

Reditus SGPS – Inspecção aos anos de 1997 e 1998 tendo a empresa sido notificada para proceder a correcções e ao respectivo pagamento em sede de IVA, encontrando-se suspenso com garantia apresentada.

24. Garantias

As receitas da Reditus respondem pelo serviço da dívida emergente da emissão dos empréstimos obrigacionistas reditus 91 e 93, no montante de € 1.168.323 e por um prazo de cinco anos.

À data de 31/12/2006 as empresas do Grupo Reditus respondiam pelas seguintes garantias bancárias:

- A ordem de IGFSS para garantir pagamento prestacional de dividas executadas no âmbito de processos executivos, no montante de € 140.363.

- A ordem de IGFSS para suspender processo executivo, no montante de € 87.439.

- A ordem de DGCI para garantir pagamento prestacional de dividas executadas no âmbito de processos executivos, no montante de € 334.884.

- A ordem de DGCI para suspender processos executivos, no montante de € 1.367.000.

- A ordem de diversos clientes para garantir o bom cumprimento das obrigações contratuais, no montante de € 33.626.

25. - Remunerações dos Administradores

	2006	2005
- Reditus SGPS		
Conselho de Administração	409.720	399.279
BDC Barroso, Dias, Casarão & Associados SROC	17.720	17.419
- Interreditus, Prest. Serviços Informáticos, SA		
Conselho de Administração	199.322	198.461
Martinez, Carvalhêda, Plácido e Associado, SROC	1.780	3.400
- JM Consultores de Informática e Artes Gráficas, SA		
Martinez, Carvalhêda, Plácido e Associado, SROC	780	1.410
- Redware, Sistemas de Informação, SA		
Martinez, Carvalhêda, Plácido e Associado, SROC	1.620	3.280
- Reditus II - Telecomunicações, SA		
Martinez, Carvalhêda, Plácido e Associado, SROC	1.146	1.480
- Reditus Imobiliária SA		
Martinez, Carvalhêda, Plácido e Associado, SROC	800	2.000

Os valores das Remunerações dos Administradores incluem ajudas de custo.

26. – Resultados Financeiros

Encontra-se registado em Custos e Perdas Financeiros o montante de € 1.103.467 respeitante a juros suportados, comparativamente a € 571.550 em 2005. O acréscimo deve-se essencialmente a juros suportados com leasings relacionados com a aquisição do edifício Reditus, em Alfragide, e ao recurso a operações de factoring para suprir as necessidades de liquidez imediata..

27. - Eventos subsequentes à data do balanço

Não existem eventos subsequentes à data do balanço que possam ter impacto material nas demonstrações financeiras.

Reditus - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Demonstração das alterações do Capital Próprio Consolidado

em 31 de Dezembro de 2006

<i>Contas</i>	<i>Saldo Inicial 31/12/2005</i>	<i>Aplicação Result 2005</i>	<i>Result Liq do Exerc</i>	<i>Div pagos aos Accionistas</i>	<i>Outros</i>	<i>Saldo Final 31/12/2006</i>
Capital nominal	32.500.000					32.500.000
Acções (quotas) Próprias	0				-173.245	-173.245
Reservas não distribuíveis	322.810	1.095.357				1.418.167
Reservas distribuíveis	1.522.269					1.522.269
Exedentes de valorização de activos fixos	5.939				1.602.500	1.608.439
Ajustamentos ao valor de Activos Financeiros	-2.739.943					-2.739.943
Resultados acumulados	-31.191.741	1.161.619			-2.306.907	-32.337.029
Result Líquido do período	2.659.395	-2.659.395	174.608			174.608
Total	3.078.730	-402.419	174.608	0	-2.480.152	1.973.266

**Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa da
Reditus SGPS, em 31 de Dezembro**

		Euros	
		2006	2005
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
1	Recebimentos de clientes.....	16 451 502	18 218 575
2	Pagamentos a fornecedores.....	(7 740 410)	(5 955 141)
3	Pagamentos ao pessoal.....	(5 745 780)	(4 315 537)
4	Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento.....	(69 011)	(49 678)
5	Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional....	(2 454 550)	(5 541 551)
6	Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias.....	184 627	193 297
7	Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias.....	(79 587)	(22 079)
Fluxos das actividades operacionais		546 790	2 527 886
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
8	Investimentos financeiros.....		
9	Imobilizações corpóreas.....		
10	Imobilizações incorpóreas.....		
11	Subsídios de investimento.....		
12	Juros e proveitos similares.....	194 105	190 522
13	Dividendos.....		
14	Outros.....		
Pagamentos respeitantes a:			
15	Investimentos financeiros.....		
16	Imobilizações corpóreas.....		
17	Imobilizações incorpóreas.....		
18	Outros.....		
Fluxos das actividades de investimento		194 105	190 522
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
19	Empréstimos obtidos.....	2 720 277	
20	Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		
21	Subsídios e doações.....		
22	Venda de acções (quotas) próprias.....		
23	Cobertura de prejuízos.....		
24	Outros.....		
Pagamentos respeitantes a:			
25	Empréstimos concedidos.....	(1 534 001)	(3 508 122)
26	Amortização de contratos de locação financeira.....	(337 826)	(13 673)
27	Juros e custos similares.....	(1 345 871)	(398 646)
28	Dividendos pagos e resultados distribuídos.....		
29	Reduções de capital e prestações suplementares.....		
30	Aquisição de acções (quotas) próprias.....		
31	Outros.....		
Fluxos das actividades de financiamento		(497 421)	(3 920 441)
Variação líquida de caixa e seus equivalentes.....		243 474	(1 202 033)
Caixa e seus equivalentes no início do período.....		608 220	1 810 253
Caixa e seus equivalentes no fim do período.....		851 695	608 220

REDITUS – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EUROS

31 DE Dezembro DE 2006

1 – N.A.

2 – Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

	2006	2005
Numerário	0	0
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	131.239	149.377
Equivalentes a caixa	972.108	815.447
Disponibilidades constantes do balanço	1.103.347	964.824
Descobertos bancários		-30.814
Caixa e seus equivalentes	1.103.347	934.010

3.- N.A.

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Relativo ao Exercício de 2006

ANEXO

I. INFORMAÇÃO DEVIDA NOS TERMOS DO ART. 447º, Nº 5 DO CSC

Informação sobre a titularidade das acções e obrigações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e, bem assim, de todas as suas aquisições, onerações ou cessações de titularidade de acções e de obrigações da Sociedade e de sociedades com as quais aquela esteja em relação de domínio ou de grupo.

A) Membros do Conselho de Administração

Dr. Frederico José Appleton Moreira Rato

Detinha, no início de 2006, 293.967 acções da Sociedade que mantém em 31.12.2006.

Não possui obrigações da Sociedade.

Engº José António da Costa Limão Gatta

Detinha, no início de 2006, 63.585 acções da sociedade, tendo alienado a totalidade das acções. Em 31.12.2006 não detém acções da sociedade.

Não possui obrigações da Sociedade.

Dr. Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos

Detinha, no início de 2006, 189.455 acções da Sociedade, vendeu 64.425 acções e adquiriu 37.000 acções. Detém em 31.12.2006 162.030 acções.

Não possui obrigações da Sociedade.

Professor Doutor António do Pranto Nogueira Leite

Detinha, no início de 2006, 46.142 acções da Sociedade, que mantém em 31.12.2006.

Não possui obrigações da Sociedade.

Dr. Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira

Detinha, no início de 2006, 51.912 acções da Sociedade, que mantém em 31.12.2006.

Não possui obrigações da Sociedade.

B) Membros do Conselho Fiscal

Dr. Rui António Nascimento Gomes Barreira

Não detém acções ou obrigações da Sociedade.

Engº Manuel Luis Canas de Sousa Callé

Não detém acções ou obrigações da Sociedade.

Dr. Manuel Rui dos Santos Caseirão

Não detém acções ou obrigações da Sociedade.

Dr. João Paulo Torres Cunha Ferreira

Não detém acções ou obrigações da Sociedade.

II. INFORMAÇÃO DEVIDA NOS TERMOS DO ART. 448º, Nº 4 DO CSC

Lista dos accionistas que, na data do encerramento do exercício de 2006 e segundo os registos da Sociedade e as informações prestadas, são titulares de, pelo menos, um décimo, um terço ou metade do capital e dos accionistas que deixaram de ser titulares das referidas fracções de capital

Lisorta – Estufas e Assistência Técnica, Lda.

Detém directamente 1.074.699 acções correspondentes a 16,53 % do capital da Sociedade e à mesma percentagem de direitos de voto.

ELAO – SGPS, S.A.

Detém directamente 1.025.000 acções correspondentes a 15,77% do capital da Sociedade e mesma percentagem de direitos de votos.

III. INFORMAÇÃO DEVIDA NOS TERMOS DO ART. 324º, Nº 2 DO CSC

A Sociedade adquiriu e alienou acções próprias, sendo detentora de 49 327 acções, representativas de 0,76% do capital social, em 31.12.2006.

IV. INFORMAÇÃO DEVIDA NOS TERMOS DO ART. 397º, Nº 4 DO CSC

Não foram solicitadas e, por isso, não foram concedidas autorizações nos termos previstos no nº 2 do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.

**RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA
SOCIEDADE**

RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

Capítulo 0. Declaração de Cumprimento

1. No que respeita à divulgação da informação, a Sociedade segue as recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades cotadas.

2. No que respeita ao exercício do direito de voto e representação de accionistas, consta da ordem de trabalhos da próxima assembleia geral da Sociedade agendada para 28 de Março de 2007 a proposta de alteração do número três e quatro do Artigo Nono, e do Artigo Décimo dos Estatutos.

Proposta de alteração dos Estatutos a ser deliberada na assembleia geral da Sociedade de 28 de Março de 2007.

“

Artigo Nono (Assembleia Geral)

1 – [...]

2 – [...]

3 – Só poderão assistir e tomar parte nas Assembleias Gerais os accionistas com direito a voto que façam prova, até três dias úteis antes da realização da respectiva reunião, da referida qualidade mediante documento emitido pela entidade registadora ou pelo depositário que certifique a quantidade de acções detidas naquela data e, também, do seu bloqueio.

4 – Os accionistas com direito a voto poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por qualquer pessoa, bastando para prova do mandato, uma simples carta mandadeira dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e entregue até à véspera da reunião.

Artigo Décimo (Voto por Correspondência)

1 - O direito de voto em Assembleia Geral poderá ser expresso através de voto por correspondência ou por meios electrónicos, nos termos e condições fixados na respectiva convocatória e nos presentes Estatutos.

2 – O voto por meios electrónicos está sujeito à verificação pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, previamente à respectiva convocação, da existência de meios que garantam a segurança e fiabilidade no voto por esta forma emitido.

3 - Serão considerados votos por correspondência aqueles cujas declarações de voto sejam expedidas por carta registada com aviso de recepção e recebidas na sede da sociedade até ao terceiro dia útil anterior à data da Assembleia Geral a que respeitem.

4 - A carta a que se refere o número anterior deverá ser dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

5 - As declarações de voto deverão ser enviadas em sobrescrito fechado com a menção de “voto por correspondência” em suporte electrónico adequado, com a mesma finalidade, que a sociedade disponibilize para o efeito no respectivo sítio da *internet* ou na sede social.

6 - O sobrescrito referido no número anterior deverá conter a declaração de voto indicando o nome completo ou designação social do accionista, a indicação da Assembleia Geral a que respeita e o sentido de voto quanto a cada um dos pontos da respectiva ordem de trabalhos, bem como se o mesmo se mantém caso a proposta a este relativa venha a ser alterada.

7 - A declaração de voto deverá ser assinada, devendo o accionista signatário, pelo menos, se pessoa singular, juntar cópia do bilhete de identidade ou documento equivalente emitido por autoridade competente da União Europeia ou do passaporte, e, se pessoa colectiva, apor o respectivo carimbo e indicar a qualidade do representante.

8 - A carta referida no número três anterior deverá conter, para além do sobrescrito de voto, certificado que comprove a legitimação para o exercício do direito de voto emitido pela entidade registadora ou pelo depositário, nos termos das disposições legais aplicáveis, até três dias úteis antes da realização da Assembleia Geral respectiva.

9 - Os sobrescritos que contém declarações de voto por correspondência serão abertos no decurso da Assembleia Geral respectiva e os votos por meios electrónicos serão verificados também no decurso da mesma.

10 - A presença em Assembleia Geral do accionista que tenha exercido o seu direito de voto por correspondência ou por meios electrónicos ou do seu representante é considerada como revogação do voto por essa forma emitido.

11 - Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral verificar da conformidade das declarações de voto por correspondência e por meios electrónicos, valendo como não emitidos os votos correspondentes às declarações não aceites.

12 - Os votos por correspondência ou por meios electrónicos consideram-se ainda como não emitidos em relação a propostas de deliberação que sejam apresentadas em momento posterior à emissão do voto.”

3. A sociedade possui sistemas de informação de gestão, cujos *outputs* são periodicamente analisados e validados, garantindo a qualidade da informação produzida, não se afigurando necessário para o volume e complexidade das operações o estabelecimento de um órgão estatutário próprio.

4. No que respeita a medidas tendentes a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição, a Sociedade segue as recomendações da CMVM não tendo quaisquer medidas específicas estabelecidas nesse sentido.

5. No que respeita ao órgão de administração dever ser composto por uma pluralidade de membros que exerçam uma orientação efectiva em relação à gestão da Sociedade e aos seus responsáveis, a Sociedade segue as recomendações da CMVM

6. No que respeita ao órgão de administração incluir pelo menos um membro independente, a Sociedade segue as recomendações da CMVM.

7. No que respeita ao órgão de administração dever criar comissões internas com atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societário, a Sociedade dispõe de 4 (quatro) comissões: Conselho Estratégico, Comissão de Gestão Económica e Financeira, Comissão de Acompanhamento Jurídico-Fiscal, Comissão de Acompanhamento InterRelacional, pelo que segue as recomendações da CMVM.

8. A Sociedade informa sobre as remunerações dos Administradores do Grupo Reditus, por funções, seguindo assim parcialmente as recomendações da CMVM.

9. Existe uma Comissão de Remunerações actualmente composta pelos Senhores Presidente da Assembleia Geral, Senhor Dr. António de Magalhães Cardoso, Presidente do Conselho Fiscal, Senhor Dr. Rui Barreira, e Senhor Dr. Jorge Pereira da Costa, pelo que a Sociedade segue a recomendação da CMVM relativa a este ponto.

10. Não existem propostas que tenham sido submetidas à assembleia geral da Sociedade relativamente à aprovação de planos de atribuição de acções e/ou de opções de aquisição de acções a membros do órgão de administração e/ou a trabalhadores, pelo que a Sociedade não viola a recomendação da CMVM nesta matéria.

11. A Sociedade não é um investidor institucional pelo que a recomendação respeitante a este ponto não lhe é aplicável.

Capítulo I. Divulgação de Informação

1. Mapa funcional relativo à repartição de competências entre os órgãos da sociedade:

Membros do Conselho de Administração

Dr. Frederico José Appleton Moreira Rato

Presidente do Conselho de Administração, com os pelouros de coordenação do Conselho, de Estratégia, de Recursos Humanos, de Comunicação e de Compliance.

Eng.º José António da Costa Limão Gatta

Administrador com o pelouro de acompanhamento das sociedades operacionais que compõem o Grupo Reditus no estrangeiro e de dinamização das parcerias internacionais.

Dr. Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos

Administrador com o pelouro jurídico e de implementação de novos desenvolvimentos.

Professor Doutor António do Pranto Nogueira Leite

Administrador com o pelouro das relações com o mercado de capitais e com os accionistas e ainda a supervisão dos assuntos contabilísticos e de prestação de contas.

Dr. Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira

Administrador, Chief Operating Officer, com o pelouro relativo à coordenação das actividades operacionais que compõem o Grupo Reditus em Portugal e à dinamização das parcerias estabelecidas, designadamente com os parceiros de negócios com os quais existam acordos comerciais específicos.

2. Lista de Comissões específicas da Sociedade:

- **Conselho Estratégico**, tem como especial finalidade assistir o Conselho de Administração na prossecução dos seus objectivos comerciais e na definição de soluções para a realidade empresarial a médio e longo prazo, e composto pelos Senhores Dr. Luis Manuel Mena Gravito, Dr. Jorge Pereira da Costa e Prof. Eng.º. Manuel Valssassina Heitor, actualmente com mandato suspenso por virtude do exercício de funções governativas, Prof. Doutor António Monteiro Fernandes e coordenado pelo Senhor Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite;

- **Comissão de Gestão Económico-Financeira**, tem como especial objectivo assistir o Conselho de Administração na verificação adequada dos instrumento de supervisão da situação económico-financeira e no exercício da função de controlo das empresas integradas no grupo Reditus, e composta pelos Senhores Professor Doutor Rui Alpalhão, Dr. Miguel Garcia Lopes e coordenada pelo Senhor Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite;

- **Comissão de Acompanhamento Jurídico-Fiscal**, tem como especial objectivo assistir o Conselho de Administração na actualização das suas estruturas e procedimentos das empresas integradas no grupo Reditus à evolução permanente do ordenamento jurídico e fiscal, e composta pelos Senhores Dr. Rui António Nascimento Gomes Barreira, Dr. José Maria Rebelo de Andrade e Sousa e coordenada pelo Senhor Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite;

- **Comissão de Acompanhamento InterRelacional**, tem como especial objectivo assistir o Conselho de Administração na definição dos perfis e características dos seus parceiros estratégicos, clientes, trabalhadores, colaboradores e comissários e criação de um padrão de comportamento nas relações da sociedade com o exterior, e composta pelos Senhores Dr. Diogo Lacerda Machado, Dr. José Gonçalo Maury e coordenada pelo Senhor Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite.

Na Reditus SGPS existe uma Unidade de Recursos Partilhados que presta serviços a todas as empresas do Grupo no domínio de: contabilidade, auditoria, gestão de recursos humanos, controlo de qualidade e provedoria do cliente.

Também se encontra inserida na estrutura da Reditus SGPS, uma unidade de promoção e realização de vendas de produtos e serviços das empresas participadas.

Existe igualmente um Gabinete de Apoio ao Investidor com as actividades referidas no capítulo seguinte.

3. Descrição da evolução da cotação das acções da Sociedade:

Encontra-se no ponto IV do Relatório de Gestão, para o qual remetemos, salientando que a divulgação das Contas de 2005 ocorreu no dia 27.04.2006, as do 1.º Trimestre de 2006 no dia 15.05.2006, as do 1.º Semestre de 2006 no dia 28.09.2006 e as do 3.º

Trimestre de 2006 em 22.11.2006, tendo sido feita a divulgação dos resultados referentes às Contas de 2005 em 15.03.2006, ao 1º. Trimestre de 2006 em 15.05.2006, ao 1º. Semestre de 2006 em 20.09.2006 e ao 3º. Trimestre em 22.11.2006.

4. Política de distribuição de dividendos:

O Conselho de Administração não propõe a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2006.

Nos três últimos exercícios também não foram distribuídos dividendos.

5. Não existem planos de atribuição de acções e/ou planos de atribuição de opções de aquisição de acções.

6. Não se verificaram operações entre a Sociedade e membros ou órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo.

7. Gabinete de Apoio ao Investidor:

- Funções do Gabinete:

Assegurar o contacto permanente e constante com o mercado respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores, disponibilizando, dentro dos termos legalmente permitidos, informações que sejam solicitadas ou que por alguma forma contribuam para uma maior transparência e participação na vida da Sociedade, designadamente:

- Prestando todos os esclarecimentos a dúvidas de accionistas, analistas, investidores e outras partes interessadas;
- Organizando apresentações e *conference calls* para analistas financeiros e investidores institucionais;
- Colaborando na preparação e divulgação de factos relevantes e outras comunicações;
- Colaborando na preparação e divulgação dos comunicados sobre os resultados anuais, semestrais e trimestrais;
- Colaborando e participando em sessões de apresentação de resultados anuais e semestrais;
- Colaborando na elaboração de prospectos relacionados com operações no mercado de capitais;
- Orientando analistas sobre a estratégia, objectivos e perspectivas de resultados da empresa, incluindo a revisão de notas de *research* por estes elaborados.

- Tipo de Informações disponibilizada pelo Gabinete:

- Em geral, todo o tipo de informações que nos termos da lei possam ser facultadas e que sejam solicitadas por accionistas, analistas, investidores ou outros interessados;
- Documentos preparatórios de assembleias gerais;
- Factos relevantes e outras comunicações com relevo para a vida da sociedade, nomeadamente participações qualificadas;
- Resultados anuais, semestrais e trimestrais.

- Vias de acesso ao Gabinete:
 - Presencial – na sede da Sociedade, mediante solicitação prévia;
 - Telefónica – 21 4124100;
 - Fax – 21 4124199;
 - Correio – para a sede da Sociedade;
 - Correio electrónico – accionistas@reditus.pt
- Sítio da Sociedade na Internet
 - www.reditus.pt
- Identificação do Representante para as Relações com o Mercado
 - Professor. Dr. António do Pranto Nogueira Leite

8. Ver ponto 9 do capítulo anterior.

9. A remuneração total auferida pelas Sociedades de Auditoria pelos seus serviços de revisão legal de contas das empresas do Grupo Reditus ascendeu a € 56.683.

Capítulo II. Exercício de direito de Voto e Representação de Accionistas

1. Regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto:

Esta matéria está regulada no Artigo 9º dos Estatutos de Sociedade.

A cada cem acções corresponde um voto.

Só poderão assistir e tomar parte nas assembleias gerais os accionistas com direito a voto que façam prova, até três dias úteis antes da realização da respectiva reunião, da referida qualidade mediante documento emitido pela entidade registadora ou pelo depositário que certifique a quantidade de acções detidas naquela data e, também, do seu bloqueio.

Os accionistas com direito a voto poderão fazer-se representar nas assembleias gerais por qualquer pessoa, no respeito do previsto no nº 3 do artigo 381º do Código das Sociedades Comerciais, bastando, para prova do mandato, uma simples carta dirigida ao presidente da mesa da Assembleia Geral e entregue a este até à véspera da reunião.

O Artigo 9º e, bem assim, o Artigo 10º dos Estatutos foram propostos alterar na próxima assembleia geral da Sociedade agendada para 28 de Março de 2007, nos termos descritos no Capítulo 0, número 2 deste Relatório sobre o Governo da Sociedade.

2. Modelo para o exercício do direito de voto por correspondência:

- a. Os Senhores Accionistas com direito a voto podem exercê-lo por correspondência;
- b. Serão considerados os votos por correspondência cujas declarações sejam expedidas por carta registada com aviso de recepção e recebidas na sede da Sociedade até ao terceiro dia útil anterior à data da Assembleia Geral;

- c. A carta a que se refere o ponto anterior deve ser dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral;
- d. As declarações de voto devem ser enviadas em sobrescrito fechado com a menção de “voto por correspondência” e com indicação da Assembleia Geral a que respeita / ou, em alternativa se vier a ser adoptado um sobrescrito próprio facultado pela sociedade através do seu sítio na Internet ou disponível na sede da sociedade, e que deve ser colocado à disposição dos accionistas no dia da publicação de cada convocatória / As declarações de voto devem ser enviadas em sobrescrito fechado com a menção de “voto por correspondência” e com indicação da Assembleia Geral a que respeita ou em subscrito que a sociedade disponibiliza em www.reditus.pt ou na sede da sociedade no Gabinete de Apoio ao Investidor aberto das 9h30m às 18h30m de segunda a sexta feira, excepto em dias feriados.
- e. O sobrescrito referido no número anterior deve conter a declaração de voto indicando o nome completo do Accionista e o sentido de voto quanto a cada um dos pontos da respectiva ordem de trabalhos;
- f. A declaração de voto deve ser assinada, devendo o accionista signatário, (i) em caso de pessoa singular, indicar o número, data de emissão e entidade emitente do bilhete de identidade ou documento equivalente emitido por autoridade competente da União Europeia ou, ainda, passaporte, e, (ii) em caso de pessoa colectiva, carimbar e indicar a qualidade do representante;
- g. A carta referida na alínea b) deve conter, para além do sobrescrito de voto, certificado que comprove a legitimação para o exercício do direito de voto emitido pela entidade registadora ou pelo depositário, nos termos dos art. 55º e 104º do Código de Valores Mobiliários, até três dias úteis antes da realização da Assembleia Geral respectiva;
- h. Os sobrescritos que contêm declarações de voto por correspondência serão abertos no decurso da Assembleia Geral respectiva;
- i. A presença na Assembleia Geral do Senhor Accionista que tenha optado por exercer o seu direito de voto por correspondência ou do seu representante é considerada como revogação do voto por correspondência emitido.

3. Não há, ainda, possibilidade de exercício do direito de voto por meios electrónicos, por a Sociedade não ter ainda desenvolvido os meios necessários para verificar a autenticidade das declarações de voto, bem como garantir a integridade e a confidencialidade do respectivo conteúdo conforme o recomendado pela CMVM.

A este respeito ver a alteração proposta ao Artigo 10º dos Estatutos da Sociedade a ser deliberada na próxima assembleia geral da Sociedade agendada para 28 de Março de 2007 como descrito no Capítulo 0, número 2 deste Relatório Sobre o Governo da Sociedade.

4. Conforme referido no ponto primeiro deste capítulo, só poderão assistir e tomar parte nas assembleias gerais os accionistas que façam prova de titularidade de um mínimo de cem acções, quer mediante registo nos livros da sociedade, quer mediante comprovativo de depósito bancário, até três dias antes da realização da respectiva reunião.

A este respeito ver a alteração proposta ao Artigo 9º dos Estatutos da Sociedade a ser deliberada na próxima assembleia geral da Sociedade agendada para 28 de Março de 2007 como descrito no Capítulo 0, número 2 deste Relatório Sobre o Governo da Sociedade.

5. Conforme referido no ponto segundo deste capítulo, serão considerados os votos por correspondência cujas declarações que sejam expedidas por carta registada com aviso de recepção e recebidas na sede da Sociedade até ao terceiro dia útil anterior à data da assembleia geral respectiva.

6. Conforme referido no ponto primeiro deste capítulo, a cada cem acções corresponde um voto.

Capítulo III. Regras Societárias

A Sociedade obedece a regras próprias e específicas que definem a sua conduta e regulamentos internos que digam respeito a situações de conflitos de interesses, sigilo e incompatibilidades, e aplica procedimentos internos especiais para o controlo de risco da sua actividade.

A Reditus adopta procedimentos de controlo interno no acompanhamento da sua actividade, adequados à especificidade do objecto social e da actividade das suas participadas. Tais procedimentos seguem genericamente as normas de auditoria internacionalmente aceites, e especificamente o exercício das competências de cada uma das comissões especializadas atrás enumeradas.

É garantida a confidencialidade e sigilo sobre a informação dos clientes à qual temos acesso. As propostas apresentadas são previamente validadas por um gestor de projecto, gestor de cliente, ou administração, consoante limites definidos, e a contratação apreciada pelo departamento jurídico.

Os riscos inerentes à actividade centram-se essencialmente: na obsolescência súbita das soluções desenvolvidas; na resposta atempada e adequada às pretensões do cliente; no risco de crédito. Minimizando esses riscos promovemos um acompanhamento atento da evolução do mercado, das expectativas do cliente, e possuímos mecanismos internos de controlo de crédito.

O eficaz desempenho das Comissões Especializadas existentes, revela-se no persistente acompanhamento e eficaz aconselhamento da Administração

Não estão estabelecidos limites ao exercício de direitos de voto e também não existem quaisquer direitos especiais de algum accionista.

Não foram tomadas medidas defensivas que visem impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição.

A Sociedade dada a sua natureza de SGPS, a sua estrutura e visto os membros do Conselho de Administração desenvolverem na sua maioria funções executivas, não sentiu ainda necessidade de estabelecer regras de conduta ou regulamentos internos, desenvolvendo a sua actividade segundo as regras gerais constantes do Código das Sociedades Comerciais e do Código dos Valores Mobiliários que, pelos deveres que impõe, disciplina e acautela suficientemente, as situações que se pretendem ver salvaguardadas com a definição das mencionadas regras.

É preocupação do Conselho de Administração que sejam respeitadas e seguidas as regras e as boas práticas, na postura e desempenho, no mercado onde operamos.

A comunicação da prática de eventuais irregularidades é assegurada por mecanismos de alerta instituídos, garantindo a célere actuação e implementação de medidas correctivas, assegurando assim o cumprimento responsável por parte dos colaboradores e dos intervenientes directos no desempenho da actividade profissional.

Capítulo IV. Órgãos de Administração

1. Caracterização do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por uma pluralidade de membros.

- **Membros do Conselho de Administração:**

Dr. Frederico José Appleton Moreira Rato

Presidente do Conselho de Administração
Membro executivo.

Funções que exerce em outras sociedades:

Gerente de Pessoa, Pinto & Costa – Sociedade de Construções, Lda.,
BCCM – Inovação Tecnológica, Lda., Lisorta – Assistência Técnica,
Lda.

Presidente do Conselho de Administração de Reditus Gestão – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., InterReditus – Prestação Integrada de Serviços Informáticos, S.A., Redware – Sistemas de Informação, S.A., Reditus II – Telecomunicações, S.A., Reditus Imobiliária, S.A., J M Consultores de Informática e Artes Gráficas, S.A..

Administrador de TORA – Sociedade Imobiliária, S.A., URCOM – Urbanização e Comércio, S.A., Formiagro – Sociedade Agrícola, S.A., Sociedade Agrícola Casal Outeiro de Polima, S.A..

Qualificações académicas, indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos

Licenciatura em Matemática
Pós-Graduações em Biometria e Taxonomia Numérica
Director da APESI – Associação Portuguesa das Empresas de Serviços de Informática
Director e fundador da APRITEL – Associação dos Operadores Privados de Telecomunicações
Representante da Reditus na Cotec
Membro do Conselho Geral da APDSI – Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade de Informação.

Número de acções da Sociedade de que é titular:

293.967 acções.

Data da primeira designação e data do termo de mandato:

30.03.1982

Ano de 2007

Engº José António da Costa Limão Gatta

Administrador Executivo.

Funções que exerce em outras sociedades:

Presidente do Conselho de Administração de ELAO – SGPS, S.A.,
Caleo, S.A. (Versalhes, França), Giessen Beteiligungs KG (Munique,
Alemanha)

Administrador de Scorpion Group Ltd. (Cambridge, UK)

**Qualificações académicas, indicação das actividades profissionais
por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos:**

Licenciatura em Engenharia Electrotécnica pela Academia Militar
Membro Ordinário da Ordem dos Engenheiros

Número de acções da Sociedade de que é titular:

Não detém acções da Sociedade.

Data da primeira designação e data do termo de mandato:

Março de 2000

Ano de 2007

Dr. Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos

Administrador Executivo.

Funções que exerce em outras sociedades:

Administrador de ELAO – SGPS, S.A.

**Qualificações académicas, indicação das actividades profissionais
por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos:**

Licenciatura em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa
Advocacia

Número de acções da Sociedade de que é titular:

162.030 acções

Data da primeira designação e data do termo de mandato:

Novembro 2000

Ano de 2007

Professor Doutor António do Pranto Nogueira Leite

Administrador Executivo.

Funções que exerce em outras sociedades:

Professor Catedrático, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa;

Administrador da CUF – Companhia União Fabril, SGPS, SA

Administrador da Brisa – Autoestradas de Portugal, SA

Administrador da Quimigal – Química de Portugal, SA

Presidente do Conselho Geral da OPEX, SGMVM, SA

Presidente do Conselho de Administração da GlobalUnion, S.A.

Membro do Conselho Consultivo do Banif – Banco de Investimentos

Administrador da Comitur – SGPS, SA

Vogal da Direcção do IPRI

Qualificações académicas, indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos:

Licenciatura em Economia, Universidade Católica Portuguesa, 1983

MSc in Economics, University of Illinois (EUA), 1986

PhD in Economics, University of Illinois (EUA), 1988

Agregação em Microeconomia, Universidade Nova de Lisboa

Número de acções da Sociedade de que é titular:

46.142 acções

Data da primeira designação e data do termo de mandato:

Março de 2002

Ano de 2007

Dr. Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira

Administrador Executivo.

Funções que exerce em outras sociedades:

Gerente da Four Tops Investments Portugal – Gestão Imobiliária, Unipessoal, Lda. , Four Tops Investments – Engenharia e Gestão Financeira, Unipessoal, Lda., Inventum – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda., Inventum – Serviços de Consultoria e Gestão Financeira, Unipessoal, Lda.

Qualificações académicas, indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos:

Licenciatura em Matemática

Especialização em Sistemas de Informação

Especialização em Investigação Operacional

Pós-Graduação em Gestão de Empresa

Número de acções da Sociedade de que é titular:

51.912 acções

Data da primeira designação e data do termo de mandato:

Mai de 2004

Ano de 2007

- **Membros do Conselho de Administração Independentes:**

Professor Dr. António do Pranto Nogueira Leite é, desde 11.04.2002, e o Dr. Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira, desde 11.05.2004, independentes em relação aos accionistas de referência. Considerando a Sociedade, para o efeito, que é accionista de referência o accionista que detenha, directa ou indirectamente, mais de 2% dos votos.

2. Não existe Comissão Executiva, pois todos os membros do Conselho de Administração têm actualmente funções executivas.

3. Descrição do modo de funcionamento do Conselho de Administração

O Conselho de Administração reúne sempre que for convocado pelo Presidente ou por um administrador e obrigatoriamente uma vez por semestre. Sendo que durante o exercício de 2006 reuniu formalmente 11 vezes e, informalmente, numa média de mais de uma vez por mês.

Não existe qualquer lista de incompatibilidades definida internamente pelo Conselho de Administração nem número máximo de cargos acumuláveis pelos administradores em órgãos de administração de outras sociedades.

4. As remunerações dos titulares do órgão de administração para o exercício de 2006 não estiveram dependentes dos resultados da Sociedade ou da evolução da cotação das acções por esta emitidas.

Os Estatutos da Sociedade, porém, prevê no seu Artigo Décimo Terceiro, número oito que as remunerações dos membros do órgãos de administração poderão ser certas ou consistir, parcialmente, numa percentagem dos lucros do exercício, sendo que a percentagem dos lucros globalmente destinada aos administradores não pode exceder dez por cento.

Assim, e visto a remuneração dos Administradores ser fixada anualmente pela Comissão de Remunerações eleita em assembleia geral de accionistas, conforme o previsto no Artigo Décimo Terceiro, número sete, é previsível dada a recomendação da CMVM que a mesma venha a ser tida em consideração, alterando-se nessa conformidade a forma de determinação das referidas remunerações.

5. As remunerações dos Administradores da Reditus, que exercem também funções em participadas, são de 292.578 Euros.

O total de remunerações dos Órgãos de Administração da Sociedade e de todas as participadas é de 559.103 Euros, cuja repartição por funções desempenhadas é a seguinte:

- Funções na Área Operacional: 347.047 Euros
- Funções na Área Financeira: 212.056Euros

**LISTA DOS TITULARES DE
PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS**

**LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS,
CALCULADA NOS TERMOS DO ART. 20º DO CVM**

LISORTA – Ass. Técnica, Lda.	Nº de Acções	% Direitos de Voto
Directamente	1.074.699	16,53%
Através do Sr. Dr. Frederico José Moreira Rato que é Gerente da sociedade accionista	293.967	4,52%
Total imputável	1.368.666	21.06%

ELAO – SGPS, S.A.	Nº de Acções	% Direitos de Voto
Directamente	1.025.000	15.77%
Através do Sr. Dr. Fernando da Fonseca Santos, que é Administrador da accionista	162.030	2,49%
Total imputável	1.187.030	18,26%

TORA – Sociedade Imobiliária, S.A.	Nº de Acções	% Direitos de Voto
Directamente	9.750	0,15%
Através do Sr. Engº. José Manuel Moreira Rato que é Administrador da sociedade accionista	8.519	0,13%
Através do Sr. Dr. Frederico José Moreira Rato que é Administrador da sociedade accionista	293.967	4,52%
Total imputável	312.236	4,80%

DR. FREDERICO JOSÉ APLLETON MOREIRA RATO	Nº de Acções	% Direitos de Voto
Directamente	293.967	4,52%
Total imputável	293.967	4,52%

DR. FERNANDO MANUEL CARDOSO MALHEIRO DA FONSECA SANTOS	Nº de Acções	% Direitos de Voto
Directamente	162.030	2,49%
Total imputável	162.030	2,49%

MILLENNIUMBCP – GESTÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS, S.A.	Nº de Acções	% Direitos de Voto
Através de Millennium PPA	107.666	1,66%
Através de Millennium Acções de Portugal	52.329	0,80%
Total imputável	159.995	2,46%

Durante o exercício de 2006:

- Em 7.02.2006 a accionista ELAO – SGPS, SA vendeu 50.000 acções
- Em 21.02.2006 a accionista ELAO – SGPS, SA vendeu 50.000 acções
- No período de 07.04.2006 a 15.05.2006, a accionista ELAO – SGPS, SA adquiriu 164.739 acções, aumentando a sua participação para 975.000 acções, correspondentes a 15% do capital social;
- Em 17.05.2006, o accionista Engº. José António da Costa Limão Gatta adquiriu 464 acções, aumentando a sua participação para 64.049 acções, correspondentes a 0,99% do capital social;
- Em 12.07.2006 e em 24.11.2006, o accionista Engº. José António da Costa Limão Gatta, vendeu a totalidade das acções ficando sem qualquer participação social na Sociedade;
- Em 21.06.2006, a accionista Millennium BCP – Gestão de Fundos de Investimentos, S.A. adquiriu 30.000 acções, aumentando a sua participação para 159.995 acções, correspondentes a 2,46% do capital social.

- Em 18.8.2006 o accionista Dr. Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos vendeu 64.425 acções, em 11.09.2006 adquiriu 7.000 acções e em 24.11.2006 adquiriu ainda 30.000 acções, sendo a sua participação de 162.030 acções correspondentes a 2,49% do capital social;
- A Reditus – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA tornou publico que efectuou as seguintes transacções de valores mobiliários próprios:
 - Em 24.11.2006, adquiriu 18.300 acções
 - Em 28.11.2006, adquiriu 1.000 acções
 - Em 06.12.2006, adquiriu 30.500 acções
 - Em 06.12.2006, vendeu 7.000 acções
 - Em 07.12.2006, adquiriu 8.317 acções,
 - Em 12.12.2006, adquiriu 15.618 acções,
 - Em 12.12.2006, vendeu 18.000 acções,
 - Em 13.12.2006, adquiriu 8.300 acções,
 - Em 22.12.2006, vendeu 20.000 acções,
 - Em 27.12.2006, adquiriu 3.040 acções,
 - Em 29.12.2006, adquiriu 9.252 acções, sendo detentora nesta data de 49.327 acções próprias, representativas de 0,76% do capital social.

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A,
Lisboa

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (adiante também designada por Empresa), as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 36 336 075 euros e um total de capital próprio de 2 037 174 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 174 608 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) a preparação de informação financeira histórica, que esteja de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) prestar informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame. Não foram auditadas directamente por nós as demonstrações financeiras de um conjunto de empresas incluídas na consolidação pelo método integral.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelos Conselhos de Administração dessas empresas utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (vi) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

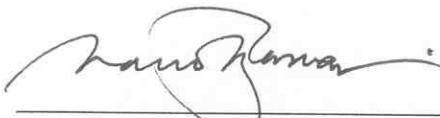
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, em 31 de Dezembro de 2006, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 2 de Março de 2007



Manuel Rui dos Santos Caseirão, em representação de
BDC-Barroso, Dias, Caseirão & Associados - SROC
(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob nº 1 122)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores,

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2006, a actividade consolidada da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos do Conselho de Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados. O Conselho Fiscal apreciou o Relatório final da BDC (Sociedade de Revisores membro deste Conselho) sobre a fiscalização efectuada, cujo conteúdo mereceu a nossa concordância e que, nos termos da lei, fica a fazer parte integrante do presente relatório.

O Balanço consolidado, as Demonstrações dos Resultados consolidados por naturezas, a Demonstração consolidada dos Fluxos de Caixa, os correspondentes Anexos e o Relatório Consolidado de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas incluídas na consolidação e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Parecer

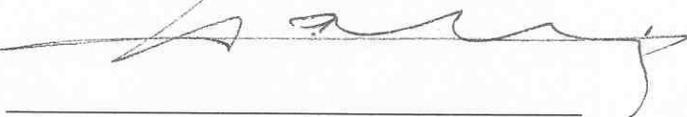
Assim, somos de parecer que sejam aprovados o Relatório Consolidado de Gestão, o Balanço Consolidado, as Demonstrações dos Resultados Consolidadas por natureza, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e os correspondentes Anexos, apresentados pela Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

Lisboa, 2 de Março de 2007

O CONSELHO FISCAL



Dr. Rui António Nascimento Gomes Barreira - Presidente



Engº Manuel Luís Canas de Sousa Callé - Vogal



Dr. Manuel Rui dos Santos Caseirão, em representação de
BDC-Barroso, Dias, Caseirão & Associados - SROC